

UNIVERSIDADE DO GRANDE RIO
PROFESSOR JOSÉ DE SOUZA HERDY
ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

GABRIELE LACERDA OLIVEIRA
ROBERTA DE OLIVEIRA BELCHIOR

**MULHERES NEGRAS E AS EXPRESSÕES DAS VIOLÊNCIAS DE RAÇA E
GÊNERO: a contribuição do Serviço Social na luta antirracista e sexista.**

**DUQUE DE CAXIAS – RJ
2019.2**

GABRIELE LACERDA OLIVEIRA
ROBERTA DE OLIVEIRA BELCHIOR

**MULHERES NEGRAS E AS EXPRESSÕES DAS VIOLÊNCIAS DE RAÇA E
GÊNERO: a contribuição do Serviço Social na luta antirracista e sexista.**

Monografia apresentada ao Curso de Serviço Social da Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy, como parte dos requisitos Parciais para a obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social.
Orientador(a): Prof. Diego Augusto Rivas dos Santos

**DUQUE DE CAXIAS – RJ
2019.2**

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UNIGRANRIO – NÚCLEO DE COORDENAÇÃO DE BIBLIOTECAS

O48m Oliveira, Gabriele Lacerda.

Mulheres negras e as expressões das violências de raça e gênero: a contribuição do Serviço Social na luta antirracista e sexista / Gabriele Lacerda Oliveira, Roberta de Oliveira Belchior. – Duque de Caxias, 2019.
111 f. : il. ; 30 cm.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) – Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy”, Escola de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.

“Orientador: Prof. Diego Augusto Rivas dos Santos”.

Referências: f. 104-107.

1. Serviço social. 2. Mulheres negras. 3. Racismo. 4. Sexismo. I. Belchior, Roberta de Oliveira. II. Santos, Diego Augusto Rivas dos. III. Universidade do Grande Rio “Prof. José de Souza Herdy. IV. Título.

CDD – 361.3

GABRIELE LACERDA OLIVEIRA
ROBERTA DE OLIVEIRA BELCHIOR

**MULHERES NEGRAS E AS EXPRESSÕES DAS VIOLÊNCIAS DE RAÇA E
GÊNERO: a contribuição do Serviço Social na luta antirracista e sexista.**

Monografia apresentada ao
Curso de Serviço Social da
Universidade do Grande Rio
Prof. José de Souza Herdy,
como parte dos requisitos
parciais para obtenção do Título
de Bacharel em Serviço Social.

Aprovado com grau BO DEZ) em 19 de novembro de 2019.

Excelente!

Banca Examinadora:

Diego A. Rivas dos Santos

Prof. Diego A. Rivas dos Santos
Universidade do Grande Rio

Vaniele S. da B. Copello

Prof.^a Vaniele Soares da Cunha Copello
Universidade do Grande Rio

Monica Eugênia da Silva Ramos

Prof.^a Moníca Eugênia da Silva Ramos
Universidade do Grande Rio

DEDICATÓRIA

Dedicamos esse estudo a todas às mulheres negras, e desejamos que cada uma delas possa um dia ter a oportunidade de conhecer sua história e de seus ancestrais, tendo consciência do seu real valor social, a fim de proporcionar transformações na sociedade brasileira em cada movimento que fizerem, e desestruturar esse sistema tão desigual, racista, misógino e machista para erguer uma nova estrutura social que seja para o preto, o pobre, o favelado, o povo, porque como citou Angela Davis, *democracia que exclui o povo negro não é democracia*.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, meu amado Pai Celeste que me conduziu nesses quatro anos de graduação através de um caminho de descobertas, desconstrução, resistência, ternura, medos, anseios, provações, amor, abraços sinceros, choros, superação, empatia, amizade, força de vontade, persistência e esperança. Gratidão, meu Pai.

Agradeço a minha mãe, Carla de Sousa Lacerda, que é meu kit de sobrevivência, minha melhor amiga, que me dá os melhores conselhos, meu exemplo de mulher resistente, convicta do que deseja, compromissada com os seus, persistente, dedicada, amorosa, prestativa, segura de seus ideais, cheia de garra e força de vontade para fazer de cada semente que passa pela sua mão um fruto a frutificar, uma flor a florir, uma lágrima a secar, um lábio a sorrir, um corpo a receber carinho, uma voz no mundo e uma alma bem viva. Eu amo você mãe! Obrigada, por ser tão maravilhosa! Você é meu exemplo de mulher!

Agradeço a minha irmã, Larissa Lacerda Oliveira, que é meu grande presente, minha confidente, minha grande amiga, que me escuta, que me acalenta, que me acalma e me encoraja a nunca desistir, que me incentiva nos meus projetos e vibra comigo em cada conquista, que me enche de carinho, que quando está perto eu nunca quero que vá embora, que eu fico insistindo para ficar mais um pouquinho, para dormir mais um dia, aquela que me faz um bem enorme só por estar aqui pertinho, minha futura assistente social, minha energia que emana no olhar, minha princesa, minha vida, meu dia de alegria! Eu te amo, tanto!

Agradeço ao meu amor, Sandro José de Souza, meu parceiro, meu grande amigo, que ouve todos os dias as minhas alegrias, meus lamentos, meus medos, minhas angustias, que me ajuda a controlar minhas emoções, que me acalma, que me enche de coragem, que diz todos os dias o quanto eu sou inteligente e dedicada e que vou conseguir, que quando eu caio no choro querendo parar, ele me lembra que eu já estou mais perto do final do percurso e que eu vou conseguir, que acorda todos os dias com o mais lindo sorriso e diz todos os dias que o meu potencial é enorme, que briga comigo quando me cobro demais, que acreditou em cada sonho e me deu as mãos para projetar, que me enche de orgulho e de satisfação por ser tão humano, tão solícito, tão solidário, tão maravilhoso!

Obrigada pela jornada! E por sempre acreditar em mim, mesmo quando eu não acreditei! Eu te amo, meu amor!

Agradeço meu pai, Paulo Jorge Oliveira, por me acordar com versículos diários de encorajamento e força e sempre perguntar como estou indo na faculdade, pai isso fez muita diferença para mim, tinha dias que não acordava bem, que acordava preocupada e as suas mensagens me enchiam de conforto e ânimo para prosseguir, obrigada por isso! Por mesmo longe, me amar e demonstrar esse carinho e amor! Eu te amo!

Agradeço meu paidrasto, Jorge Ferreira, pelos cafés da manhã propositivos de política na mesa, por ensinar sobre a realidade da vida dos negros, por desconstruir muitos olhares, por me fazer entender sobre a resistência do povo preto, e a importância dos quilombos. Obrigada por todo aprendizado! Eu te amo!

Agradeço minha madrinha, Cassia de Sousa Lacerda que me incentivou desde o primeiro momento, que me abraçava e me ouvia quando eu não mais aguentava a pressão, que era minha válvula de escape para fugir da realidade, que sempre vinha com uma palavra de encorajamento, de consolo, de serenidade para me acalmar, que eu agradeço todos os dias por ser a minha dindinha! Obrigada por cada incentivo, por cada abraço, por cada carinho. Eu te amo!

Agradeço ao meu pastor, Vladimir de Oliveira Souza que me proporcionou a leitura de vários livros e me apresentou a vários autores que eu de fato, desconhecia e que fez toda a diferença do meu processo de ensino-aprendizagem, desconstrução a aproximação com o meu tema de trabalho de conclusão de curso, que me deu vários auxílios no decorrer dos eventos que eu estava envolvida na faculdade, que cada palavra é gota de aprendizado, que me ensina a cada dia com as suas atitudes que “é preciso ouvir o choro do oprimido e colocar os pés lá”, não observar de longe e acreditar na mudança, mas de fato ser a mudança. Muito obrigada, Vlad! Tenho muito orgulho de ter um pastor como você. Eu amo muito ser parte do seu rebanho!

Agradeço a minha avó Celina de Sousa Lacerda, que sempre esteve comigo, que me alegrava com seu sorriso nos dias tristes, que me proporcionava sempre dias bons, que me deixava dormir ao lado dela quando estava muito cansada e ficava abraçadinha comigo até eu acordar, que sempre orava para eu conseguir vencer e continuar meu curso, e nunca desistir! Eu te amo tanto, vizinha! Que Jesus lhe proporcione muita vida!

Agradeço a minha amiga, Roberta Belchior de Oliveira, minha parceira, que sempre ouvia meus lamentos e sempre tinha uma palavra de vida para alegrar meu coração, que sorriu muitas vezes ao meu lado, que chorou junto comigo, que lutou de mãos dadas contra as injustiças dessa sociedade. Não tinha parceira melhor para estar comigo nessa jornada! Eu amo muito você, minha amiga!

Agradeço as minhas mestras, Rosane Vieira, Mônica Ramos, Vaniele Soares, Silene Orlando que contribuíram significativamente para o meu crescimento pessoal e profissional, obrigada por todo aprendizado! Sou muito grata por tudo o que proporcionaram! Eu amo vocês!

Agradeço ao meu supervisor de campo, Rogério de Sousa que me proporcionou muito aprendizado e uma troca incrível de saberes. Obrigada por cada palavra, por cada ensinamento, sou muito grata por todo o conhecimento que me possibilitou adquirir. Muito obrigada! Eu amo você!

Agradeço ao meu orientador Diego Rivas, por responder minhas mensagens aos sábados e tirar minhas dúvidas nos seus dias de folga, pelos incentivos, pelos empurrões de vocês são capazes, pelos questionamentos, por todo aprendizado que me proporcionou durante todo esse processo, por saber ouvir, por entender as limitações de cada uma, por ter sido muitas vezes, mais que orientador, um amigo disposto a ouvir nossas dificuldades, conflitos, medos, e nos impulsionar acreditando e nos fazendo perceber o nosso potencial. Muito obrigada! Eu aprendi a te amar!

Agradeço a minha amiga Juliane Monteiro de Sant'Anna, que por motivos pessoais precisou se ausentar do TCC, mas que sempre me apoiou nas minhas decisões, me incentivando e propositando com palavras e atitudes o meu crescimento. Eu amo você, Jú!

E por fim, a todos aqueles que de alguma medida contribuíram para a minha formação e me incentivaram com palavras de afeto, atitudes de amor, abraços apertados e sorriso nos lábios. O meu sincero, muito obrigada! Gratidão a todos vocês! *“O maior deles, porém é o amor.”*

Gabriele Lacerda Oliveira

AGRADECIMENTOS

É com Laroyê e Epahey que eu inicio os meus agradecimentos. Não fosse o amor e a força do sagrado que em mim habita,este sagrado que me move e me cerca,nada disso seria possível. Agradeço a ancestralidade e a força do sagrado feminino, das Ayabás e das Marias, que pulsam em mim, forjando a mulher que sou e a que serei. Mojubá!

Por falar em ancestralidade, agradeço e reverencio as minhas avós, duas mulheres tão diferentes entre si, que acabaram por forjar a mulher que hoje desbrava o mundo, lutando por aquilo que acredita. Em especial, a Dona Dirce Vieira, minha avó paterna, mulher negra, que lançou a semente na luta antirracista e sexista, que, de alguma forma, me conduziu na discussão deste trabalho. Uma mulher que saiu aos 16 anos de sua cidade natal, Pará de Minas, para encarar os desafios da então capital do Brasil. Penso nas inúmeras violências que tenha sofrido e no tanto que sua força, que me servem de exemplo e inspiração, tenha sido forjada pela dor que sentiu tantas vezes, ainda que nunca tenha perdido a alegria em lutar e viver. Obrigada, vó, por cada conversa que tivemos ao longo do curto tempo em que estivemos juntas. Sigo lutando por nós. Sou porque você foi e sempre será.

Agradeço ao meu Babalorixá,Pai e Amigo, Cláudio de Odé, que sonhou comigo e acreditou em mim, em cada passo dessa história. Palavras nunca darão conta do afeto e gratidão que tenho por ti. Te amo,meu Rei!

Agradeço a minha mãe, Nilce Maria de Oliveira, que sempre esteve ao meu lado,me motivando, comemorando cada vitória e secando meu pranto quando a vida dava seus golpes.Por todo amor e cumplicidade ao longo dos meus 34 anos, Te amo!

Agradeço também a minha tia e mãezona,Neide Pedrosa, por sempre estar ao meu lado em todas as situações,sejam elas boas ou ruins. A tia que move mundos para me ajudar. Obrigada por tanto!

Agradeço aos mestres que a universidade me deu, começando por Mônica Ramos, a Mônica Maravilhosa, que desde o início acreditou no meu potencial, ainda que eu estivesse engatinhando nesta jornada. Minha primeira supervisora, minha grande amiga,meu espelho: obrigada por tanto.

Um agradecimento especial, também, à Rosane Ferreira, sempre acolhedora e inspiradora, que me fez crescer junto dela ao longo dessa formação. Obrigada pelos debates que estimularam esse trabalho enquanto estávamos juntas no NUPEGRES. Obrigada por confiar em mim. Obrigada por me ensinar a voar. Obrigada por tanto.

Agradeço também às professoras Anália Barbosa, Renata Coelho, Mônica Santos, Deise Guilhermina, Silene Orlando, Lisis Fernandes e Vaniele Copello e às assistentes sociais da universidade, Ingrid Chagas e Sandra Baliza, que formam esse time de mulheres incríveis da Universidade e que são minhas inspirações: há muito de vocês em mim. Obrigada.

Ao meu orientador, Diego Rivas, por todo apoio e incentivo, tanto como professor quanto como orientador. Obrigada por todos os risos, debates enriquecedores; pelo respeito, generosidade e companheirismo. Você é um profissional incrível e no que tange a minha gratidão e afeto, eles sempre existirão por ti.

Agradeço à minha companheira de TCC, Gabriele Lacerda, por ter me permitido embarcar nessa viagem com ela e por tudo que vivemos até aqui e muitos foram os desafios. Começamos como trio, nos tornamos uma dupla, voltamos a ser um trio com a vida que se renova em seu ventre. Obrigada ao seu companheiro, Sandro, pela generosidade comigo.

Nesse processo de formação, o estágio no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi, sem dúvidas, um divisor de águas em minha vida. Agradeço a equipe da ETIC - Belford Roxo pela acolhida, por acreditarem e confiarem no meu potencial, sempre me incentivando a entregar o meu melhor e renovando o compromisso ético-político da profissão. Um agradecimento, em especial, às duas supervisoras mais maravilhosas que alguém pode ter, Simone de Barros e DeJane Barreto: é uma honra ter podido, ao longo deste ano, estar ao lado de duas profissionais tão comprometidas com seu fazer profissional; duas profissionais de uma generosidade sem igual, sempre dispostas a dividir, ouvir, acolher, ensinar e aprender. Para além disso, duas mulheres incríveis que já são parte de minha vida, parte do que sou e do que me tornarei. Toda minha gratidão e afeto à vocês!

Agradeço também a todas as turmas que acolheram a cigana dos períodos, obrigada por cada sorriso e abraço pelos corredores da universidade. Destaco entre tantos que conheci, aquela que, com suas atitudes, se tornou meu porto

seguro,minha maior incentivadora e apoiadora nestes quatro anos: Beatriz Heller, que honra dividir esse mundo com você!

E para concluir, a minha gratidão ao Pedro Rodrigues, que, nos últimos três anos, tem sido um grande incentivador; um ombro para chorar quando as batalhas se tornam mais duras. Agradeço por todas as vezes que aplacou a tempestade que sou, me fazendo lembrar que sou brisa também: obrigada por tudo!

Roberta de Oliveira Belchior

RESUMO:

O presente estudo visa refletir e esmerilar maneiras de enfrentamento à violência contra às mulheres negras, dentro da Formação Profissional em Serviço Social, no sentido de pensar à práxis profissional. Para tanto, será abordada a trajetória histórica da população negra com o olhar deste povo, a fim de que se possa descolonizar o olhar e entender de fato a verdadeira história que foi constituída a sociedade brasileira, para além de livros didáticos que mostram e exalam o heteropatriarcado normativo branco, buscando entender a história a partir do olhar daqueles que a construíram de fato. As autoras acreditam que a profissão de Serviço Social é um caminho para propositar mudanças sociais, e transformação pessoal do ser social para o coletivo, a fim de, possivelmente, mexer nas estruturas desse sistema que nos é imposto e, nesse sentido, lançar um novo olhar para a questão abordada e movimentar as mulheres negras em seu protagonismo histórico, para, conseqüentemente, fazer mover a estrutura social brasileira. No que tange, a metodologia utilizada nesta monografia, o método de abordagem utilizado foi a teoria social crítica de Marx, a partir do o materialismo histórico e dialético, buscando propiciar uma reflexão da totalidade do ser social, adentrando os conceitos reais de tudo aquilo que será trabalhado neste estudo, desmistificando toda a ideia sexista e patriarcal imposta por essa estrutura social que somos “obrigados” a sobreviver, desconstruindo conceitos que encontram-se enraizados dentro de muitas pessoas. Outrossim, essa pesquisa visa refletir e propositar ações efetivas no enfrentamento à violência contra às mulheres negras para que essa temática nunca se perca de pauta, mas seja contínua dentro da sociedade brasileira. As autoras durante essa pesquisa abordarão pautas sobre a violência contra à mulher negra e suas especificidades, questão de gênero, a importância de se falar sobre a questão racial, a trajetória histórica brasileira sob um olhar teórico e científico de autoras negras (os), também será abordado sobre a trajetória da profissão e os percursos voltados a pauta racial e sua importância na sociedade. Contemplar essa discussão dentro desse trabalho de caráter técnico e científico possibilitou as autoras uma realização pessoal satisfatória em trazer esse debate para o âmbito acadêmico, para fazer com que muitos discentes refletissem acerca de sua formação profissional e sobretudo, que bagagem estão carregando para a sua práxis profissional, a fim de realizarem transformações sociais e coletivas. Para tal, utilizamos como referencial teórico autoras e autores, em sua maioria, negras e negros, bem como aqueles que se dispõem a discutir as questões abordadas pelo viés descolonial e feminista.

Palavras chaves: *Serviço Social, Violência, Mulheres Negras, Enfrentamento, Estrutura Social, Transformação*

ABSTRACT

This paper aims to propose a reflection about how would be possible to face the violence against black women into the vocational education in Social Service. Therefore, it will be approach the history of black people in Brazil based on their perspective, aiming to make possible the understanding of how the Brazilian society was build, proposing a decolonization understanding of it,as we know that the way it has been teaching in a white and heteropatriarchy perspective. The authors believe that the Social Service profession might turn possible the individual and social transformation, from the social being to the collectivity, moving the brazilian social structure. Bringing this discussion to the university might make possible a reflection of how the future professionals of Social Service are facing this subject and how would be possible to turn it into a new history based on a social and collective transformation. For this purpose it was used in this monograph, as a methodology, dialectical historical materialism, where the totality of the social being can be reflected, entering the real concepts of all that will be worked in this study, demystifying the whole sexist and patriarchal idea imposed by this social structure that “forced” people to survive by deconstructing concepts that are rooted within many people. Moreover, this research aims to reflect and propose effective actions to combat violence against black women so that this theme is never lost on the agenda, but is continuous within Brazilian society. The authors during this research will address guidelines on violence against black women and their specificities, gender, the importance of talking about the racial issue, the Brazilian historical trajectory from a theoretical and scientific perspective of black authors , also It will be approached about the trajectory of the profession and the paths directed to the racial agenda and its importance in society. Contemplating this discussion within this technical and scientific work allowed the authors a satisfactory personal accomplishment in bringing this debate to the academic field, to make many students reflect on their professional background and above all, what baggage they are carrying for their praxis in order to carry out social and collective transformations. For this, it was used as a theoretical framework authors , mostly black , as well as those who are willing to discuss the issues addressed by the decolonial and feminist bias.

Key-Words: *Social Service, Violence, Black Women, Facing, Social Structure, Transformation*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico I: Sexo.....68

Gráfico II: Faixa Etária.....69

Gráfico III: Pertença Étnico Racial.....71

Gráfico IV: A opinião das(dos) discentes entrevistados do Curso de Serviço Social da Unigranrio acerca da indagação se às mulheres negras são as mais vulneráveis a serem violentadas.....79

Gráfico V: A opinião das(dos) discentes entrevistados do Curso de Serviço Social da Unigranrio acerca da indagação se às mulheres negras são as mais violentadas enquanto o seu gênero e raça.....82

Gráfico VI: As disciplinas que são trabalhadas na Formação em Serviço Social sobre a questão racial são suficientes?.....85

Gráfico VII: As disciplinas que são trabalhadas na Formação em Serviço Social sobre a questão de gênero são suficientes?.....87

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social

AFE - Associação Fluminense de Educação

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CRESS-RJ - Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro

ENESSO - Estudantes de Serviço Social

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IHA - Índice de Homicídios na Adolescência

IPEA - Instituto de Pesquisas Aplicadas

ISP - Instituto de Segurança Pública

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

NUPEGRESS - Núcleo de Pesquisas e Estudos de Gênero, Raça, Etnias e Sexualidade

OMS - Organização Mundial de Saúde

PNAS - Política Nacional da Assistência Social

SUAS - Sistema Único da Assistência Social

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

WHA - World Health Assembly

SUMARIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1	21
PRECISAMOS AGIR.....	21
1.1 O despertar da pesquisa e a relevância do estudo.....	21
1.2 Procedimentos metodológicos.....	29
CAPÍTULO 2	33
COMPREENSÃO TEÓRICA QUE LEVA À PRÁTICA TRANSFORMADORA	33
2.1 O conceito de Violência: reflexões necessárias.....	33
2.2 Questão de gênero: reflexões críticas e propositivas acerca das relações entre homens e mulheres na sociedade.....	38
2.3 Feminismo negro e sua ascensão no Brasil	41
2.4 O racismo velado: o outro lado da história.	45
2.5 A formação sócio-política e econômica da sociedade brasileira: a gestação brasileira na sua real concepção.	51
2.6 A trajetória da profissão de Serviço Social no Brasil e a discussão de gênero e raça.	54
2.7 Reforma Curricular do Serviço Social: A transição do currículo mínimo de Serviço Social implementado em 1982 à consolidação das Diretrizes Curriculares de 1996 e a invisibilidade de debates sobre a questão racial nos espaços acadêmicos.....	57
2.8 O campo empírico da pesquisa: um olhar sobre o Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO.	63
CAPÍTULO 3	66
REFLEXÃO QUE GERA AÇÃO	66
3.1 A aproximação com o campo empírico e as(os) participantes da pesquisa	66
3.2 Indicadores do Perfil Socioeconômico das/dos concluintes do Curso de Serviço Social da Unigranrio em 2019.2.....	68
3.3 A percepção das/ dos alunas (os) concluintes do Curso de Serviço Social da Unigranrio acerca da violência de gênero.	72
3.4 A percepção das(dos) alunas(os) concluintes do Curso de Serviço Social da Unigranrio acerca da violência racial.....	75

3.5 A percepção das(dos) alunas(os) concluintes do Curso de Serviço Social da Unigranrio acerca das mulheres negras serem as mais vulneráveis a serem violentadas.	78
3.6 A percepção das(dos) alunas(os) concluintes do Curso de Serviço Social da Unigranrio acerca das mulheres negras serem as mais violentadas enquanto o seu gênero e a sua raça.	81
3.7 A percepção das(os) alunas(os) concluintes do Curso de Serviço Social da Unigranrio acerca das disciplinas que são trabalhadas na formação em Serviço Social sobre a Questão Racial.....	83
3.8 A percepção das alunas concluintes do Curso de Serviço Social da Unigranrio acerca das disciplinas que são trabalhadas na formação em Serviço Social sobre a Questão de Gênero.....	85
3.10 A contribuição no Curso de Serviço Social para aprofundar a discussão acerca da temática da violência contra à mulher negra.	90
3.11 A contribuição do Serviço Social frente ao estudo desenvolvido.	93
3.12 As três dimensões do saber e fazer profissional.	94
3.13 Dimensão investigativa da(o) Assistente Social	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS:	100
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:.....	102
ANEXO A - MODELO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	107
APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO	108

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de caráter técnico e científico tem por objetivo refletir sobre o ciclo de violência contra às mulheres negras na perspectiva da formação profissional em Serviço Social, no que concerne a forma como as discussões sobre essa temática, propiciadas pela universidade, vem sendo realizadas; tendo em vista que na atuação profissional da/o Assistente Social irá se deparar com demandas advindas da questão social que se materializam nas expressões sociais, onde a violação dos direitos das mulheres e, principalmente, das mulheres negras é recorrente.

No decorrer do processo de formação, as autoras deste trabalho perceberam que a questão racial foi retratada de maneira simplória. Sendo assim, buscaram trazer essa discussão para o âmbito acadêmico e compreender como os discentes percebem e reagem a esse debate fundamental para dar maior visibilidade a questão de gênero e raça, colocando em pauta essas discussões que nos são tão inerentes.

O Capítulo I, intitulado de “Precisamos agir!”, apresenta o despertar da pesquisa e a relevância do estudo, neste momento, as autoras, procuraram provocar uma reflexão sobre uma das pautas que as inquietaram em todo esse processo de produção, que é a vulnerabilidade na qual às mulheres negras estão suscetíveis, associando ao fato de que se uma parlamentar eleita foi brutalmente executada por defender e propositar reflexões acerca das questões sociais, políticas, culturais, econômicas e, sobretudo, levantar pautas raciais inerentes às questões que são, de fato, necessárias à população negra e pobre, o que será de uma mulher negra, uma mulher transsexual, uma mulher bissexual ou uma travesti que é invisibilizada pelo Estado e excluída pela sociedade?

Ainda neste capítulo será tratada a metodologia deste estudo, que pauta-se no materialismo histórico dialético, onde busca-se sair da aparência das questões para adentrar em sua essência, abarcando assim elementos objetivos e subjetivos que perpassam a realidade das mulheres negras e que as tornam vulneráveis à violência.

A proposta deste estudo é compreender as razões pelas quais as mulheres negras mantêm-se vulneráveis na percepção desses discentes, bem como refletir acerca de como esse enfrentamento contra a violência sofrida pelas mulheres negras vem sendo trabalhado nas disciplinas no período de formação em Serviço Social, elencando estratégias que poderiam ser adotadas para que essa temática fosse mais discutida e, de fato, trabalhada, pensando na representatividade.

Para tanto, será abordado neste trabalho reflexões sobre a violência, gênero, questão racial, formação sócio histórica brasileira, formação profissional vinculada às pautas raciais, em que o trabalho tende a contribuir para a contribuição da práxis profissional, a aproximação com o campo empírico da pesquisa, a análise de dados coletados, a contribuição do Serviço Social frente ao estudo desenvolvido pelas autoras, as dimensões do saber e fazer profissional e a dimensão investigativa do Assistente Social segundo o olhar das autoras deste trabalho.

No Capítulo II, “Compreensão Teórica que leva à prática transformadora será realizado uma reflexão crítica e propositiva das autoras acerca da violência sofrida pelas mulheres negras, e como a questão de gênero tem sido retratada no decorrer dos anos, também de modo bem contundente será expresso a importância de se falar sobre racismo, e principalmente sobre o “mito da democracia racial”. Neste capítulo também será abordado sobre a importância e o papel que a categoria profissional das(os) Assistentes Sociais tem dentro de todo esse processo e suas mazelas e será apresentado também o campo empírico desta pesquisa.

Dentre os itens abordados neste trabalho está a importância de se trabalhar a violência e suas tipificações, visto que a mesma se expressa de múltiplas maneiras e os seus impactos atingem majoritariamente o sexo feminino.

Na questão de gênero será discutido às relações de poder entre homens e mulheres nos pautando nas relações de dominação, dialogando sobre a desconstrução da reprodução dessa desigualdade.

Será abordado na questão racial a reflexão sobre a violação dos direitos da população negra, em que os nossos antepassados foram submetidos na história brasileira, bem como seus reflexos na atualidade.

Também será dialogado acerca da gestação brasileira, compreendendo o processo histórico, à partir da visão do negro como papel decisivo na formação da sociedade brasileira.

As autoras também tratarão sobre os dilemas e a origem da categoria profissional de Serviço Social no Brasil frente às relações sociais e econômicas.

Dentre essas questões também serão abordado sobre as campanhas referentes à questão racial da Revista Práxis compreendendo e dando centralidade às questões étnico-raciais no empenho a dar visibilidade à população negra, e, correlacionar os direitos e as especificidades desta população, iniciando-se na categoria profissional de Serviço Social para além dos espaços acadêmicos.

No Capítulo III, “Reflexão que gera ação” ocorre a aproximação com o campo da pesquisa para a coleta de dados e os respectivos participantes da pesquisa, os leitores terão o prazer de contemplar uma análise de dados coletados da pesquisa realizado pelas autoras, com seus posicionamentos acerca da realidade social brasileira, bem como apreciar o estudo desenvolvido pelas autoras acerca da contribuição do Serviço Social frente ao estudo que foi desenvolvido.

CAPÍTULO 1

PRECISAMOS AGIR

1.1 O despertar da pesquisa e a relevância do estudo

A trajetória pessoal e acadêmica das autoras foram elementos fundamentais para a realização da presente monografia. Muito embora as autoras tenham trajetórias distintas, as expressões de raça e gênero atravessam sua trajetórias pessoais.

Enquanto autoras, sempre inquietou a desigualdade e a vulnerabilidade na qual as mulheres negras estão expostas, e bem no interior algo as incomodava para que lançasse pauta sobre a questão racial. Era preciso fazer mais que só se questionar sobre essa pauta. Era preciso se fazer refletir sobre essa temática e propositar linhas de ações, era necessário lançar a mão de outras pessoas que também se incomodavam mas tinham receio em falar, era fundamental provocar uma reflexão para que pudessem de fato refletir sobre os privilégios que as estruturas sociais racistas e sexistas promovem, e entender a falácia da meritocracia, era preciso incomodar, e era essencial dar voz às mulheres negras, era preciso agir!

O problema de pesquisa em tela, aguça-se após a execução da vereadora do município do Rio de Janeiro, Marielle Franco¹, em março de 2018. O crime cometido contra à sua vida, trouxe à tona inúmeras discussões, frente aos consideráveis simbolismos que a parlamentar representa: mulher; negra; oriunda de uma das maiores favelas do estado do Rio de Janeiro, a Maré²; bissexual; defensora dos direitos humanos e cidadania. Marielle passa então a ocupar um espaço público de poder, discutindo políticas públicas e medidas de proteção para aqueles indivíduos que sofrem diretamente com os rebatimentos das expressões da questão social na sociedade brasileira.

¹ Marielle Franco era formada em Sociologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio) do Rio de Janeiro. Formou-se Mestre em Administração Pública pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi também Presidente da Comissão de Direitos da Mulher na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

² A favela da Maré está localizada às margens da Baía de Guanabara, entre importantes vias expressas da cidade do Rio de Janeiro, sendo elas Avenida Brasil, Linha Vermelha e Linha Amarela. De acordo com o IBGE, a Maré possui cerca de 129.770 habitantes, o que a caracteriza como uma das favelas mais populosas do estado do Rio de Janeiro.

A breve atuação, entre os anos de 2017 a 2018, de Marielle na Câmara Municipal do Rio de Janeiro, continua a trazer resultados concretos, visto que mesmo após a sua morte, projetos importantes defendidos por ela foram aprovados, tais como o Projeto de Lei (PL) 0265/2017 que propõe a criação de Casas de Parto, já existente em Realengo; o PL 0017/2017 que cria espaços de creches noturnas; além de sua atuação junto a população jovem negra e seu incentivo a ocupação de espaços públicos a fim de ampliar a discussão sobre o racismo estrutural e seu combate à ele, o que nos leva a refletir o quanto sua figura nos leva a pensar com maior esmero acerca das desigualdades sociais e a necessidade de uma atuação crítica e urgente .

Frente a tal cenário, a inquietação se deu também frente a dados estatísticos alarmantes, onde constata-se a grande vulnerabilidade às quais mulheres negras estão suscetíveis, devido a questão racial, bem como, de gênero e classe. Quando uma parlamentar é executada, diante de tudo o que está posto, faz-se urgente pensar no quão vulneráveis encontram-se as mulheres que partilham de características comuns a vereadora supracitada.

Segundo dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP), publicados no ano de 2019, em 2018 uma mulher foi morta a cada cinco dias no estado. No levantamento feito pelo mesmo Instituto, o índice de mulheres negras e pardas vitimadas pela violência foi de 59%. A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, publicou no ano 2014, que no ano de 2013, 59,4% dos registros de violência doméstica são de mulheres negras. Já o Dossiê Mulher 2015, publicado no ano de 2016, do ISP, traz em seus dados que no estado carioca, 56,8% das vítimas de estupro no ano de 2014 eram negras; 62,2% dos homicídios tiveram como vítimas mulheres negras e pardas.

O Instituto de Pesquisas Aplicadas (IPEA), em publicação no ano de 2011, aponta também que 60% das mulheres assassinadas são negras e pardas. O Ministério da Saúde, em publicação no ano de 2016 diz que 53,6% das mulheres negras são vítimas de mortalidade materna. A Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) em seu Caderno de Saúde Pública 30/2014 nos mostra que 65,9% de mulheres negras são vítimas de violência doméstica. Isso nos leva a refletir, sobre o quanto a questão racial acaba por ser fator determinante na vulnerabilidade ao qual as mulheres negras estão sujeitas.

A mulher se apresenta em um patamar desigual aos homens, no que se refere à vida pública e tomada de decisões, também há de se questionar sobre a questão de que as mulheres brancas concluem o ensino superior em um número mais elevado do que mulheres negras ou pardas, visto que dados do IPEA apontam que entre 1995 e 2015 as mulheres eram 12% da população com maior índice de escolaridade, enquanto as mulheres brancas subiram de 12% para 25,9% no mesmo período.

Entretanto, devemos pensar que as mulheres negras possuem os mesmos direitos, o que deveria possibilitá-las ocupar diferentes espaços para além da subalternidade que está posta pelo racismo estrutural vigente em nossa sociedade, pois o que muitas vezes as separa das mulheres brancas é a falta de oportunidades gerada por toda essa desigualdade estrutural tida desde o processo de formação da sociedade brasileira.

Segundo estudo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2018, foi feito um balanço geral sobre a dupla jornada de trabalho realizada pelas mulheres, ou seja, mulheres que se dividem entre seu trabalho remunerado e seus afazeres domésticos. Tendo por base a carga horária entre homens e mulheres, o percentual entre as mulheres é maior em 28,2% e o percentual dos homens inferior em 14%¹. No que tange, ao percentual por raça, as mulheres brancas têm um percentual de carga horária de trabalho inferior ao das mulheres negras. Cabe uma reflexão quanto a esses dados, pois não só as questões de gênero perpassam as relações sociais as quais as mulheres negras estão inseridas, mas, também, a questão racial.

Dada a desigualdade de acesso à educação e a hierarquia social vigente no Brasil as mulheres negras permanecem em subempregos e sem acesso à educação superior, o que dificulta qualquer possibilidade de mobilidade social. Segundo dados do Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça 4^o edição, do Instituto de Pesquisas Aplicadas(IPEA), do ano de 2011, às mulheres negras gastam, em média, 25 horas a mais com afazeres domésticos em relação às mulheres brancas, estas últimas que eventualmente contratam mulheres negras para tais afazeres, assim como as mulheres negras aparecem nesta pesquisa com 90,5%, enquanto chefes de família em condições mais precárias.

Diante de tais dados, é inevitável o questionamento sobre os elementos que levam as mulheres negras a serem as maiores vítimas nos índices de violência.

No Brasil, um país com um passado onde pessoas negras foram escravizadas e mesmo após o fim do regime de escravatura se mantiveram marginalizadas, indivíduos negros continuam a serem as maiores vítimas das desigualdades sociais. Sob o jugo do racismo, da discriminação racial e das questões relacionadas à violência de gênero, mulheres e meninas negras se veem em um cenário de múltiplas expressões da questão social que se retroalimentam e as colocam entre os dados onde seus direitos humanos básicos lhe são negados.

Sendo a/o Assistente Social uma/um profissional que intervém nas relações sociais e tem como objeto de trabalho as múltiplas expressões da questão social, pensamos ser imprescindível tal estudo, buscando junto aos/as discentes do curso de Serviço Social da Unigranrio suas percepções acerca desse tema, já que o processo de formação é fundamental para que as/os futuros profissionais possam contribuir para a concretização do Projeto Ético-Político da categoria profissional e a materialização dos valores e princípios éticos expressos no Código de Ética Profissional da(o) Assistente Social de 1993.

O Código de Ética da/o Assistente Social, elaborado em 1993, após o processo de redemocratização do Brasil, ressalta o comprometimento do Serviço Social com a defesa intransigente dos direitos humanos, colocando a liberdade como valor ético central, apresentando uma proposta de emancipação humana. De acordo com os princípios fundamentais do Código de Ética da (o) Assistente Social de 1993, a/o Assistente Social atua na ampliação e consolidação da cidadania, e empenha-se para eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças, entendendo que a questão racial e de gênero está pautada nesse respeito à diversidade, cabe ao Assistente Social se aprofundar e entender essas especificidades e peculiaridades.

Temos também, o princípio XI do Código de Ética que orienta ao Assistente Social atuar sem discriminar, nem ser discriminado por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física, ou seja, amparados por nossos princípios éticos e alinhados a um projeto profissional que visa a acessibilidade de indivíduos a seus direitos, pensar sobre os indicadores sociais que vulnerabilizam as mulheres negras, tornando-as vítimas em potencial das violências que perpassam a nossa sociedade, se faz necessária e fundamental. A questão racial

é fruto de um sistema estruturante advinda do patriarcado colonial e que seria ilusório ultrapassar essas esferas apenas na perspectiva de se posicionar como um profissional ético, mas entender que se faz necessário articular com outros setores e outros movimentos, fomentando esse debate racial para que se ultrapasse a informalidade e adentre outros campos sócio-ocupacionais, a fim de gerar mudanças efetivas.

Falar sobre esse tema nos remete a refletir criticamente na urgente necessidade em se discutir tais questões na formação acadêmica profissional e entender a importância de se dar visibilidade à mulher negra, compreendendo suas especificidades.

O Serviço Social por trabalhar em seu curso, questões preponderantes sobre o estudo de gênero e raça, fundamentado na formação sócio-histórica da sociedade brasileira, como determina a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entende a importância de se falar da mulher negra na sociedade.

No tocante a esta temática, foi lançado recentemente, em dezembro de 2018, uma cartilha intitulada de: “Subsídios para o debate da questão Étnico Racial na formação em Serviço Social” que servirá como aporte teórico nesse processo de debruçamento e reflexão sobre a temática proposta, tendo em vista que essa produção tem o objetivo de direcionar o trabalho do profissional de Serviço Social no âmbito da questão racial, bem como incentivar na produção de pesquisas étnico-raciais, entendendo que esses debates articulados a ação prática junto a movimentos sociais, pode, de fato, trazer a conscientização de que o racismo é estruturante e precisa ser posto em pauta para discussão, contribuindo para uma significativa e real mudança acerca desses valores.

Portanto, é primordial promover debates e reflexões no âmbito acadêmico na formação desses profissionais, para que quando estiverem atuando consigam ter uma visão voltada para a totalidade e a essência do ser social.

É preciso que haja a reflexão sobre o entendimento de que a violência vai atingir às mulheres de maneira diferente, e a violência contra às mulheres negras, perpassa a questão de gênero, para a questão racial, outrossim, essas mulheres negras são as maiores vítimas na violação dos seus direitos fundamentais.

Discutir essas questões no âmbito acadêmico da formação profissional de Serviço Social é primordial, debatendo e refletindo sobre a questão, a partir da

matriz teórica social marxista, na qual endossa a reflexão sobre a razão dialética, de maneira que é possível perceber o ser social em sua totalidade, perpassando o imediatismo do senso comum, e adentrando na historicidade, refletindo sobre todo o processo histórico do indivíduo e da sociedade brasileira, que formou-se marginalizando uns para beneficiar outros.

Essa pesquisa visa promover nos discentes uma reflexão sobre a importância desse debate, no que concerne: às relações de gênero, a opressão sofrida por mulheres negras, a ausência de representatividade dessas mulheres na sociedade, a importância de existir movimentos sociais representados por mulheres negras. Partindo da base histórica, onde a mulher negra sempre foi vista como um objeto sexual, de posse da sociedade, sem autonomia crítica e com imposição sobre os seus direitos, carregando os traços de mulher escravizada e menosprezada pela sociedade, como uma mulher que não possui o direito de se reconhecer como é, valorizando sua raça, suas origens sua historicidade e não tendo o direito a voz.

Uma mulher que luta constantemente para conquistar igualitariamente seu espaço na sociedade, espaço esse que é invadido por pensamentos machistas, patriarcais e heteronormativos, faz-se importante adentrar esse tema nas discussões acadêmicas e para além do pensamento e da reflexão, desenvolver essa temática na práxis profissional.

É necessária que haja uma conscientização dos discentes do curso de Serviço Social, rompendo com o senso comum e se aprofundando nessas questões através da reflexão e do embasamento de dados estatísticos e questionamentos pautados em uma matriz teórica crítica para que haja a reflexão e a proposição de estratégias.

Carneiro, historiadora e fundadora do Geledés³ – Instituto da Mulher Negra cita: “Ser mulher negra é ocupar um lugar na sociedade brasileira marcado por múltiplas injunções que potencializam para a sua difícil inserção social”. Sem dúvidas, é necessário, com urgência, quebrar esse paradigma imposto às mulheres negras, essa separação e dificuldade imposta violentamente por um sistema opressor. Mas, para tal, é necessário “começar das base”, fazendo com

³ Gèlèdè é originalmente uma forma de sociedade secreta feminina de caráter religioso existente nas sociedades tradicionais yorubás. Expressa o poder feminino sobre a fertilidade da terra, a procriação e o bem estar da comunidade.

que essa reflexão esteja articulada aos movimentos sociais, a necessidade de ocupar espaços para se fazer dar voz a questões como essa, como fez Marielle Franco, fruto de todo esse processo de reflexão acadêmico que será debatido e exposto neste projeto.

Marielle Franco, em uma de suas falas, retrata a importância de debatermos essas questões quando diz: “Vivemos no mito da democracia racial, mas há uma cor de quem é violentada, de quem morre, de quem está preso”. Esse debate é fundamental e precisa tornar-se pauta de mais e mais discussões e reflexões. Faz-se crucial desmascarar essa falácia do mito da democracia racial e de fato entender que a sociedade brasileira foi fruto de uma miscigenação. Porém, essa miscigenação, tão abordada nos livros de maneira sutil e romantizada, foi a originária do “estupro colonial”, da mulher negra pelo homem branco colonial. Significativamente há uma cor que é violentada desde a formação sócio-histórica brasileira e precisa ser pautada e ser debatida nos espaços sócio-ocupacionais, pois é imprescindível dar visibilidades a essas questões.

As violações sofridas por essas mulheres, não podem ser analisadas apenas pelo viés social, mas pautado também na questão racial; sobretudo entendendo que esse debate se faz necessário. É preciso falar sobre essas questões para que não se naturalize o racismo, que é crime.

É necessário romper com a ideia de que todos são iguais, quando na verdade, cada ser é único, individual e carregado por suas especificidades, e não é diferente com a mulher negra: a mulher negra tem suas especificidades que precisam ser respeitadas e serão discutidas, no entanto, devem ser tratadas de forma justa mediante a lei, o Estado, com o poder público e a sociedade de modo geral, para tanto é necessário refletir sobre todo esse processo que minimizam esses fatores.

Há de se pensar também que, tal projeto de pesquisa tem uma grande relevância no espaço institucional que será utilizado como campo empírico para coleta de dados. Sendo, o Curso de Serviço Social, uma graduação que propõe uma leitura e análise crítica da sociedade, entendemos que a futura pesquisa poderá ampliar discussões que já atravessam nossa formação profissional.

Aprofundando na temática das mulheres negras, é possível apreender dados do processo de formação sócio-histórica brasileira, processo esse que originaram as desigualdades que enfrentamos ainda na contemporaneidade.

Assim como, podemos ampliar as discussões de gênero pensando em suas especificidades e, apreendendo as marcas estruturais de nossa formação histórica, social e política, ressaltando a urgência de intensificação do debate dentro do espaço acadêmico, visto que tal ação colabora na formação de profissionais que estarão conscientes da sua importância no processo de prevenção e combate à violência em seus espaços de atuação.

Baseado no espaço sócio-ocupacional e nas relações sociais em que às mulheres negras são colocadas pela sociedade, refletida através desse sistema majoritariamente genocida e opressor para com a população negra, construiremos pautas e propostas de reflexões que contemplem as especificidades das mulheres negras (Hooks, 2019) para que possamos alcançá-las em suas particularidades.

Faz-se necessário que coloquemos em pauta o reconhecimento sócio-histórico da população negra, de modo que os contemple de maneira abrangente e que de fato consigam compreender o papel primordial que a população negra teve na construção da sociedade brasileira, reconhecendo-se como fruto do meio e não como produto do resultado, mas também entendendo o processo escravocrata e de extrema violência que essa mesma população foi sujeitada.

Entretanto, entendemos o quanto às políticas afirmativas são importantes para à população negra, visto que o processo histórico de formação da sociedade brasileira foi genocida e excludente, des oportunizando uma raça, e enaltecendo a outra.

Faz-se necessária a reflexão crítica e propositiva para ação, do processo histórico de resistência da população negra, como os quilombolas. E com as mulheres negras, como sendo fruto dessa resistência, historicamente organizadas.

Os desafios que as mulheres negras enfrentam em acessar os serviços públicos, vem se refletindo na realidade atual desde o período colonial. Abordar sobre a importância de se compartilhar experiências entre as mulheres negras e de como o racismo afeta a saúde mental da população negra é de fato necessário e primordial.

Contudo, faz-se urgente repensar a nossa luta em todos esses debates e reflexões em um cenário de uma construção antirracista, diante de toda essa violência que às mulheres negras vem sofrendo na sociedade.

1.2 Procedimentos metodológicos

Minayo(1994) aponta que a metodologia é o caminho do pensamento e a prática exercida na realidade. Percebemos assim, que a metodologia permite a articulação entre teoria e prática, pois o referencial teórico remete ao campo do pensamento, das ideias apresentadas, o que propicia uma reflexão acerca da totalidade do objeto de pesquisa. (...) “a teoria é a reprodução ideal do movimento real do objeto pelo sujeito que pesquisa: pela teoria, o sujeito reproduz em seu pensamento a estrutura e a dinâmica do objeto que pesquisa” (NETTO,2009,p.17)

A metodologia pautou-se no materialismo histórico dialético, onde buscaremos sair da aparência das questões para adentrarmos em sua essência. Abarcando assim, elementos objetivos e subjetivos que perpassam a realidade das mulheres negras e que as tornam vulneráveis a violência, partindo de uma análise dialética e qualitativa do objeto de estudo e as questões que as permeiam.

Para pautar este trabalho monográfico, foi utilizada a Teoria Social Crítica de Marx, visto que esta permite a compreensão do processo histórico, ou seja, suas origens e os desdobramentos da questão apresentada nesta monografia, estabelecendo assim uma relação com o materialismo histórico dialético do presente objeto de estudo. Faz-se necessário compreender que a violência contra a mulher negra está atrelada ao processo histórico das múltiplas violências e violações nas quais a população negra foi submetida durante o processo de formação sócio histórica do Brasil, que acabam por determinar seus espaços no que diz respeito a raça e classe, além das expressões relacionadas a questão de gênero.

Compreendendo as especificidades que permeiam a realidade e colocam as mulheres negras em maior vulnerabilidade, o que tornou possível pensar em estratégias de enfrentamento e prevenção à violências sofrida pelas mesmas.

Embora a ciência seja considerada pela sociedade ocidental como a forma hegemônica da construção de realidade (Minayo,1993), continuamos a ter perguntas e a buscar soluções. Neste estudo,propusemos a reflexão acerca da construção sócio-histórica brasileira e sua eventual herança racista e excludente no meio social, assim como refletir junto ao corpo discente da Unigranrio sobre a importância do engajamento e compreensão sobre esta temática, tendo em vista que tal questão estará presente em sua práxis profissional.

Para tal, foi realizada uma pesquisa exploratória e bibliográfica, para que assim possamos deixar a aparência da questão, adentrando na essência da mesma; assim como utilizamos a pesquisa qualitativa, tendo em vista que:

A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, que qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela(..) (MINAYO, 1993, p.15)

Inferimos que a abordagem qualitativa serviria melhor ao objetivo desta pesquisa, visto que tal abordagem contempla universos que não podem ser quantificados, já que a abordagem qualitativa adentra o significado das ações e relações humanas e que possa contribuir na reflexão acerca da temática abordada.

No entanto, utilizou-se também a abordagem quantitativa, posto que se fez necessário a expressão percentual de algumas questões levantadas pela pesquisa, o que nos permite a reflexão de alguns marcadores sociais que atravessam o presente estudo científico.

O universo deste trabalho monográfico é composto pelos discentes da Unigranrio, Campus I em Duque de Caxias matriculados no Curso de Serviço Social. O objetivo inicial era entrevistar os discentes matriculados no segundo período do Curso de Serviço Social, tendo em vista que os mesmos trazem ainda elementos inerentes ao senso comum, no entanto, não foi possível a realização da pesquisa com os mesmos. Sendo assim, o estudo científico ocorreu exclusivamente com os discentes do Curso de Serviço Social matriculados no oitavo período (concluintes), alunas (os) estes que já se encontram no âmbito acadêmico há algum tempo, podendo revelar suas percepções acerca de sua formação acadêmica em relação a temática abordada. O Universo desta pesquisa é composto pelo total de alunos concluintes do curso de Serviço Social no segundo semestre de 2019 vinte (20) alunas(os), tendo a amostra sido delimitada como cinquenta por cento, mais um (50% + 1) do universo definido, e seja, 11 discentes que participaram da pesquisa.

Ao escolher os instrumentos para pesquisa, há de se ter cuidado por parte do/a pesquisador/a sobre a escolha dos mesmos, tendo em vista que este foi um fator determinante para o êxito da pesquisa.

(...)Instrumento de pesquisa são os meios através dos quais se aplicam as técnicas selecionadas. Se uma pesquisa vai fundamentar a coleta de dados na entrevistas, torna-se necessário pesquisar o assunto para depois elaborar o roteiro ou formulário. Evidentemente, os instrumentos de uma pesquisa são exclusivos dela, pois atendem as necessidades daquele caso particular. A cada pesquisa que se pretende realizar, procede-se a construção dos instrumentos adequados. (ANDRADE, 2009, p.132,133).

Sendo assim, o pesquisador necessita aprofundar seu conhecimento sobre temática abordada, a fim de que possa elaborar um roteiro e/ou formulário que possa atender ao intento da pesquisa. Assim como, a/o pesquisador/a deve se atentar para que não haja indução nas respostas coletadas, respeitando aqueles que participam das entrevistas e suas percepções acerca da temática abordada.

Tendo em vista a questão abordada por Andrade (2009) que entende o questionário como um dos instrumentos essenciais para a investigação social, visto que este é um sistema que obtém informações diretamente do entrevistado, utilizaremos um questionário semi estruturado com perguntas claras e objetivas, que estruturadas de forma clara e lógica não poderão induzir ou sugerir qualquer tipo de resposta.

Todas (os) as (os) participantes da pesquisa receberam o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), termo este que especifica o objetivo da pesquisa, e, também, o sigilo quanto às informações prestadas.

Tendo a pesquisa como alvo seres humanos fez-se necessária aprovação do estudo pelo Comitê de Ética e Pesquisa, conforme determina a Resolução Nº 510 de 07/04/2019, tal envio é possibilitado por meio da inscrição do Projeto de Pesquisa na plataforma Brasil, para a aprovação do mesmo.

Sendo assim, o trabalho foi submetido a aprovação na Plataforma do Brasil, tendo sido aprovado nos mês de agosto. Neste mesmo mês, a presente pesquisa científica foi submetida para aprovação no Comitê de Ética e Pesquisa, tendo sido aprovada no mês de setembro, quando foi dado início a aplicação dos questionários junto aos discentes do oitavo período do curso de Serviço Social da Unigranrio. Ocorreram duas tentativas para que o questionário fosse aplicado também junto aos discentes do segundo período do referido curso, entretanto, não

logramos êxito na aplicabilidade dos mesmos, tornando-se objeto de estudo apenas as respostas das(os) discentes do oitavo período do curso de Serviço Social da Unigranrio.

CAPÍTULO 2

COMPREENSÃO TEÓRICA QUE LEVA À PRÁTICA TRANSFORMADORA

2.1 O conceito de Violência: reflexões necessárias

Pensando no campo semântico da palavra violência, encontraremos sua etimologia no latim, do termo "*violentia*", tendo por definição "veemência, impetuosidade". Entretanto, sua origem também é atribuída ao termo "*violare*", que significa violação. Tal definição nos leva a refletir que atos violentos, para além de ser um traço de impetuosidade e veemência dos indivíduos, atribui-se também ao campo de violações de direitos humanos e requer um aprofundamento no que concerne à sua compreensão, não somente em seu campo semântico, mas, principalmente, nas suas origens sociais para que se possa pensar em seu enfrentamento.

Por muito tempo, a violência foi vista como inerente à natureza humana, tanto que os principais nomes das teorias políticas e sociológicas do mundo, em especial, os contratualistas⁴, dispunham em seus escritos que as leis deveriam ser pensadas em vista de manter à ordem social para que a raça humana não desse vazão ao instinto primitivo, que acaba por justificar seus atos de violência para com outrem em defesa de seus interesses pessoais, ou como conceitua Hobbes(2012), o indivíduo em seu estado de natureza. Tanto que, grandes guerras foram travadas ao longo da história, enquanto justificativas para a defesa dos direitos das grandes nações e impérios.

Tal percepção atravessou séculos e só há pouco, grandes organizações mundiais passaram a repensá-las como um problema real a ser enfrentado. Em 1996, durante a Quadragésima Nona Assembleia Mundial de Saúde, a Organização Mundial de Saúde (OMS) passa a adotar a Resolução World Health Assembly 49-25 (WHA49-25), Resolução essa que declara a violência como um importante e crescente problema de saúde pública no mundo.

⁴ O Contratualismo é uma corrente filosófica política que se baseia na teoria dos contratos sociais. Essa corrente explica o fundamento do poder político e a origem das sociedades, através de um contrato entre os indivíduos(implícito ou explícito), marcando o fim do estado natural e início da ordem social e política. Seus maiores expoentes são Locke, Rousseau e Hobbes.

No ano de 2002, a Organização Mundial da Saúde estabeleceu parâmetros e acordos mundiais com o intuito de identificar as razões que levam os indivíduos a cometerem atos de violência, assim como, pensar estratégias para seu enfrentamento, uma resposta à Resolução WHA49-25, conclamando profissionais e pesquisadores das áreas da saúde, assistentes sociais e todos aqueles que se encontram envolvidos no desenvolvimento e implementação de combate, prevenção e serviço de proteção à violência, a unirem dados, conhecimentos e estratégias para seu enfrentamento.

Durante a World Health Assembly (WHA), a OMS apresentou o Relatório Mundial Sobre Violência e Saúde, nesse relatório é possível observar impactos da violência na saúde pública mundial. De acordo com esses dados, os países têm ônus humanos e econômicos com um custo de muitos bilhões de dólares em despesas assistenciais à saúde, custos legais e produtividade perdida.

Ao falar da temática de violência é preciso elencar algumas consequências ocasionadas por ela, como por exemplo: faz-se essencial destacar que em 2002, a Organização Mundial de Saúde divulgou o relatório mundial sobre a violência e saúde, relatório este que definiu a violência como: todo resultado e qualquer possibilidade de resultar morte, lesão, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação; entretanto pode-se dizer que a violência é qualquer ação que provoca dano em outrem ou a si mesmo.

A violência é histórica e abrange todos os grupos sociais, entretanto estatisticamente o número de negros mortos no Brasil é de 71% em comparação com a população branca.

Segundo um levantamento feito pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2019) a população negra está mais exposta a violência no Brasil. A cada 100 homicídios no Brasil, 71 são negros. Entre 2005 e 2015, o número de brancos violentados caiu 12% e de negros subiu 18%. Sobretudo, nessa perspectiva é preciso urgentemente pensar em políticas públicas para tirar à população negra dessa situação de vulnerabilidade e ainda se atentar aos estudos e dados comprovados de que há um abismo entre negros e brancos que é resultante de um processo histórico que nunca foi enfrentado.

Para além das discussões sobre as despesas aos cofres públicos provocados pela violência e os impactos da violência no mundo, é necessário apresentarmos as tipificações da violência, visto que a mesma se expressa de

múltiplas maneiras. Tendo o presente trabalho o objetivo de discutir a violência sofrida por mulheres, com foco nas mulheres negras, nos disporemos a apresentar as formas de violência que mais atingem ao gênero feminino.

Compreender o conceito de violência é entender que a violência é estruturada por um sistema manipulador e de dominação; é refletir, de fato, que a violência é um processo histórico e preponderantemente racista, patriarcal que está automaticamente vinculada aos fatores raciais, sociais, econômicos, culturais, de gênero, entre outros.

É necessário entender que a violência denominada violência estrutural mantém e amplia o quadro de desigualdades entre homens e mulheres, visto que acentua as expressões da questão social.

Minayo (1994), conceitua a violência estrutural como “violência gerada por estruturas, organizadas, institucionalizadas e naturalizada, oculta em estruturas sociais, que se expressam na justiça e na exploração e que conduz a opressão dos indivíduos”, isso significa tecer o olhar em cima da condição de que a opressão determina a quem pode ou deve fazer algo minimizando a escolha do outro, a liberdade de ir e vir, limitando os seus espaços e os tornando vulneráveis a um caminho de imposição, sendo produto das expressões da questão social, por um viés separatista, afetados violentamente e que vangloria e predomina quem detém o poder.

A autora Minayo (1994) apresenta a tipologia das violências, tendo como base a violência estrutural, já acima citada e analisada, entretanto julga necessário classificá-las para maior e melhor entendimento. Ao compreender essas tipologias facilita-se sua compreensão e combate à elas, sendo assim, abaixo estaremos percorrendo acerca de cada uma delas.

Violência familiar e violência doméstica são dois conceitos que embora tenham semelhanças por estarem relacionadas ao espaço privado do lar e envolva membros da família, condizem com tipos de violência distintos. A violência doméstica é aquela que envolve indivíduos que convivem no mesmo espaço doméstico.

Já a violência familiar é aquela cometida por membros familiares ainda que esses não dividam o espaço doméstico. Salienta-se aqui, que a Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), entende como membros familiares todos aqueles que são ou se consideram aparentados, seja por laços naturais, afinidade e/ou vontade

expressa. Entende também a unidade doméstica como um espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive aqueles esporadicamente agregados.

Cabe ressaltar, que a última forma de violência mencionada é a mais comum estatisticamente falando, bem como a que em maior número também são silenciadas. Sendo a instituição familiar ainda vista como sacralizada e inerente à esfera privada das relações humanas e, assim, não permitida a intervenção pública, muitas vezes atos de violência não são denunciados, visto que o poder pátrio e familiar é usado como justificativa a perpetuação de ciclos violentos nas famílias. Para além das mulheres, crianças, jovens e idosos são grandes vítimas desse tipo de violência.

Violência institucional é aquela que se reproduz dentro dos espaços institucionais, onde as relações sociais desiguais ficam evidentes. Essa violência se dá em espaços públicos e privados praticada por prestadores de serviços, através de ação ou omissão, violando direitos humanos básicos, na persona de seus agentes institucionais.

De acordo com o Jornal Extra, do dia 15 de março de 2019, a deputada estadual do Rio de Janeiro, Mônica Francisco, foi impedida de utilizar o elevador para autoridades durante uma cerimônia no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Monica, mulher negra, foi notadamente vítima de uma violência institucional, que reproduz o racismo estrutural e institucional que não reconhece os corpos negros ocupando espaços de poder na esfera pública.

A violência física é compreendida como qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal. A violência moral é entendida como qualquer ato que configure injúria, calúnia ou difamação da vítima. Já a violência psicológica, é entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Há de mencionar, também, a violência sexual que está disposta na Lei Maria da Penha como: “ação que obriga uma pessoa a manter contato sexual,

físico ou verbal, ou a participar de outras relações sexuais com uso da força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal. Considera-se como violência sexual também o fato de o agressor obrigar a vítima a realizar alguns desses atos com terceiros. Consta ainda do Código Penal Brasileiro: a violência sexual pode ser caracterizada de forma física, psicológica ou com ameaça, compreendendo o estupro, a tentativa de estupro, o atentado violento ao pudor e o ato obsceno.”

Outra tipologia de violência recorrente, ainda que pouco mencionada, é a violência patrimonial, entendida como “ato de violência que implique dano, perda, subtração, destruição ou retenção de objetos, documentos pessoais, bens e valores.” Esta tipologia encontra resistência jurídica quanto ao seu enfrentamento e tipificação, pois uma análise conservadora do disposto no Código Penal, em seus artigos 181 e 182, isenta de penas quem comete crimes contra o patrimônio de seu cônjuge ou ex-cônjuge, o que vêm gerando conflitos na avaliação jurídica de que a Lei Maria da Penha teria provocado modificações nos artigos supracitados, como nos demonstra o Instituto Brasileiro de Direito de Família.

Entretanto, compreende-se que a violência é um fator humano, social, definitivamente histórico e cultural, privilegiado pelas relações de poder e o domínio sobre o outro, dando-se de múltiplas formas que devem ser identificadas a fundo, a fim de que possam ser combatidas e prevenidas, dada a urgência e os grandes efeitos nocivos que causam a sociedade como um todo, mas principalmente à população negra, a quem lhe é negada tantos direitos e oportunidades, pela falácia da meritocracia.

2.2 Questão de gênero: reflexões críticas e propositivas acerca das relações entre homens e mulheres na sociedade.

Segundo Scott (1994), a questão de gênero não está somente atrelada às mulheres, mas sim, a discussão das relações sociais entre homens e mulheres, enfatizando que as relações são construídas de forma desigual pelas relações de poder. Scott também enfatiza que o conhecimento histórico faz parte da política do sistema de gênero, citando como exemplo, a negação da visibilidade da mulher no processo sócio-histórico mundial.

Com base nessas reflexões, o conceito de gênero tem como aspecto discutir as relações sociais entre homens e mulheres, fazendo jus às relações de dominação, colocando a mulher em uma posição de inferioridade na sociedade heteropatriarcal. Ao que nos remete à Scott quando afirma que” (...) gênero é um elemento constitutivo das relações sociais, baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e mais, o gênero é uma forma primeira de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1994: 13).

Por isso, os estereótipos de cunho patriarcal interferem nas relações hierárquicas, que por sua vez excluem a figura feminina dos espaços sociais. Mas é através da unificação dos movimentos sociais, que lutam diretamente na conquista do espaço feminino de maneira igualitária, independente de classe, raça e etnia, que será possível, de fato, o combate às ações opressoras de desigualdade de gênero, com o objetivo de promover a autonomia e a liberdade de expressão das mulheres nos espaços sociais, trazendo um novo significado a reflexão de Simone de Beauvoir (2009) que diz: “não se nasce mulher, torna-se uma”, ou seja, a mulher deixa de ser um objeto de oposição ao modelo heteropatriarcal, tornando-se sujeito da própria história.

Faz-se necessário o resgate da confiança da mulher como ser participante da sociedade de uma maneira igualitária, no sentido de transmitir a mensagem de que ambos os gêneros, masculino e feminino, possuam os mesmos direitos sociais e privilégios.

Segundo Copello (2017), o debate sobre a luta do movimento feminista para a elaboração de políticas públicas para o enfrentamento à violência contra mulher, enfatiza que é através das micropolíticas, que são os movimentos sociais, onde a desigualdade de gênero se expressa de maneira violenta, pois ao invés de

se verem representadas, de fato, nestes espaços, são fatalmente oprimidas e sofrem de maneira silenciosa.

Por conseguinte, é através do sistema capitalista que se torna latente a reprodução cultural da desigualdade de gênero, pois a figura feminina é vedada dos espaços públicos e privados, locais onde possam estar presente a figura masculina, tal prática machista e patriarcal se dá em espaços cotidianos tais como instituições sociais, família, igreja, entre outros, violando assim os direitos das mulheres.

No que discorre a inserção da mulher no mercado de trabalho, a questão da desigualdade de gênero faz com que as relações de trabalho, concomitantemente com a base salarial de ambos sejam desiguais.

Segundo Copelo (2017, p.19), “(...) As mulheres são destinadas aos menores salários, mesmo ocupando os mesmos cargos que os homens, e os cargos diretivos têm uma menor possibilidade de serem ocupados por mulheres.”

Cabendo enfatizar que toda essa desigualdade se dá a estrutura patriarcal composta maiormente de homens brancos, que por conta de uma prática machista, acabam não permitindo que as mulheres - em sua grande maioria negras - ocupem os postos de trabalho, sobretudo , funções de destaque nestes espaços, funções em que as permitam ter o direito de serem respeitadas e reconhecidas na sociedade de maneira igual.

Levando a discussão para o âmbito das lutas sociais feministas, mesmo com a grande influência do empoderamento na vida da figura feminina, a mesma acaba enfrentando alguns entraves dentro destas conquistas tais como – uma duplicidade na carga horária trabalhada, pois para além das questões da mulher ocupar os postos de trabalho de forma assalariada, a mulher ainda tem o papel de cuidadora do lar, onde executa as tarefas domésticas e ainda tem o dever de zelar pelo bem estar da família. Tais questões, pela ótica do pensamento machista, não se podem ser destituídos ou transferidos para o gênero masculino , pois no discurso patriarcal, somente a figura feminina é que possui a necessidade de vivenciar esta rotina , pois a formação da mulher em todo o seu processo histórico é de ser excluída e não notada nos espaços sociais públicos.

No que tange à questão da violência de gênero, tem como fator dessa vivência a desigualdade de gênero, que estreita as relações sociais no sentido de se tornarem hierárquicas. Remetendo-nos a divisão sexual do trabalho, tal tema

traz consigo a violência nos espaços de trabalho, onde a mulher se submete a dupla jornada de trabalho, além de sofrerem nas instituições de caráter público a discriminação de gênero, pois ao invés desses espaços garantirem a viabilização dos direitos e proteção dessas mulheres, tais espaços se apropriam de práticas patriarcais e preconceituosas que acarretam em um sistema público violador dos direitos da mulher.

Contudo, é importante ressaltar a participação fundamental dos movimentos feministas nas discussões de gênero, pois esta frente micropolítica, ao longo de sua trajetória permitiu que a figura feminina ocupasse espaços que dialogassem com as esferas governamentais, na busca da garantia de direito das mulheres, sendo um estímulo para que essa luta continue presente e que tal temática possa ser debatida em espaços de construção de aprendizagem como escolas, universidades, seminários, congressos, espaços esses que dialoguem sobre a desconstrução da reprodução de desigualdade de gênero, principalmente, a figura feminina negra que é majoritariamente excluída dos espaços sociais pela questão de ser classificada como um sujeito inferiorizado por todo um processo sócio – histórico abolicionista.

Tendo em vista a reprodução opressora acerca das questões de gênero, raça e classe ainda muito presente nos espaços sociais, a mulher negra ainda não alcançou um patamar de sujeito social, tal a mulher branca e, sendo assim, faz-se necessário que tal temática seja evidenciada nas grades curriculares, nos sistemas educacionais, proporcionando aos estudantes, principalmente, estudantes do curso de Serviço Social, uma concepção de que necessita haver uma unidade entre os gêneros e que o profissional de Serviço Social, mediante ao Projeto Ético- Político da profissão atue, de fato, na defesa intransigente dos direitos sociais. Não só tendo um olhar de que o Serviço Social é uma profissão feminizada, pois em sua historicidade, teve princípios conservadores católicos que se referenciam a atuações de figura feminina, seguindo a concepção de Cisne que diz que:

tal reflexão (...) implica em problematizar a 'feminização' da profissão, a concepção de gênero das (os) assistentes sociais e sua relação com a profissão.(CISNE, 2004,p.20).

Isto implica em dizer que por sermos uma profissão majoritariamente feminina, historicamente somos retratadas de forma inferior, fragilizadas e

submissas; Entretanto, as oportunidades não se tornam igualitárias, consequentemente recebendo as menores qualificações e sendo remuneradas com os mais baixos salários, tecendo um enfrentamento no ambiente profissional das desigualdades e dificuldades enfrentadas nesse espaço pelo simples fato de sermos mulheres.

Aprofundando esse debate para a questão racial, se essas assistentes sociais, além de serem mulheres, forem negras, o enfrentamento em questão se torna mais amplificado ainda, visto que além de serem analisadas como inferiores pela questão do gênero na sociedade, são diminuídas pela questão racial que em um país historicamente racista faz com que a sua raça seja vista como inferior ou julgada como menor, consequentemente seus salários serão ainda mais baixos e seus enfrentamentos nos espaços profissionais serão ainda mais cruéis.

Segundo Audre Lorde (1979), aquelas de nós que estão fora do círculo do que essa sociedade define como mulheres aceitáveis, aquelas de nós que foram forjadas nos caldeirões da diferença—aquelas de nós que somos pobres, que somos lésbicas, que somos Negras, que somos velhas—sabemos que sobrevivência não é uma habilidade acadêmica. Ou seja, é uma arrogância discutirem sobre as mulheres negras, debaterem pautas que lhes remetem, sem dar a visibilidade para serem protagonistas das suas próprias histórias. Fomos doutrinadas a competir por sermos diferentes, mas quando de fato todas e todos compreenderem que somos seres individuais, com nossas particularidades e especificidades e isso precisa ser pauta de discussão, para que possamos avançar. As nossas diferenças existem e precisam ser dialogadas para serem combatidas, de modo que o direito de uma mulher não minimize o direito de outra, mas de fato, sejam visibilizados.

2.3 Feminismo negro e sua ascensão no Brasil

Algumas pessoas me perguntam: 'Por que usar a palavra feminista? Por que não dizer que você acredita nos direitos humanos, ou algo parecido?' Porque seria desonesto. O feminismo faz, obviamente, parte dos direitos humanos de uma forma geral - mas escolher uma expressão vaga como 'direitos humanos' é negar a especificidade e particularidade do problema de gênero. Seria uma maneira de fingir que as mulheres não foram

excluídas ao longo dos séculos. Seria negar que a questão de gênero tem como alvo as mulheres. Que o problema não é o ser humano, mas especificamente um ser humano do sexo feminino. Por séculos, os seres humanos eram divididos em dois grupos, um dos quais excluía e oprimia o outro. É no mínimo justo que a solução para esse problema esteja no reconhecimento desse fato. (CHIMAMANDA NGOZI, 2012, p-10)

O movimento feminista passa a vigorar na década de 1960, nos Estados Unidos (EUA) inicialmente pela igualdade de direitos entre negros, latinos e brancos, pois os movimentos feministas da época eram racistas e elitistas (Davis 1981). Angela Davis, Patricia Hill Collins, Audre Lorde e Barbara Smith, mulheres pretas que deram um boom na luta e nas opressões contra as mulheres negras fundando grupos políticos ascendendo essa luta.

Diante de tal cenário, já concreto e instaurado na sociedade, durante a década de 1970 surge o feminismo negro no Brasil, com um objetivo, trazer a tona pautas referentes às mulheres negras que as inquietavam e as invisibilizavam perante toda a sociedade reivindicando os seus direitos sociais, culturais, políticos, econômicos, visto que o feminismo branco não contemplava a luta e as particularidades das mulheres negras.

Faz-se necessário destacar que suas suas raízes já abrangiam todo o período colonial e as revoluções que ocorreram ao longo da história. Dandara, mulher, negra foi um símbolo de luta e resistência contra o período escravocrata no Brasil, mulher que lutou por seus ideais e pela libertação de seu povo, junto a seu esposo e grande líder dos quilombos, Zumbi dos Palmares. Dandara não se restringia apenas aos serviços domésticos da comunidade, ela também trabalhava na produção, lutava capoeira e liderava as tropas femininas para guerrear.

A nossa sociedade é uma sociedade majoritariamente patriarcal e desde os primórdios como já bem explicitado no decorrer do trabalho, esse sistema acaba por estruturar toda uma sociedade, todo um povo, toda uma nação, perpetuando-se assim através do tempo, reprimindo às mulheres e lhes negando o espaço de fala.

Portanto, é de fundamental importância a discussão acerca do Feminismo Negro no presente trabalho. Visto que, a questão racial somada a questão de

gênero implica em diferentes vivências e perspectivas entre as mulheres negras e brancas, o que vem a corroborar, também, a diferença de classe.

Segundo Carneiro (2003), a luta do Movimento de Mulheres do Brasil é dos mais respeitados, inclusive internacionalmente, sendo assim, um dos movimentos sociais mais influentes no país, tendo, por exemplo, aprovado cerca de 80% de suas proposições acatadas na Constituição Federal de 1988. Entretanto, apesar dos grandes avanços que alcançou, tais como a criação das Delegacias de Atendimento à Mulheres (DEAM), este movimento acabou por reproduzir a visão eurocêntrica e universalizante das mulheres, o que acabou por não reconhecer que há diferenças e desigualdades dentro do universo feminino, mantendo assim silenciadas e estigmatizadas mulheres vítimas de outras formas de opressão além do sexismo.

Frente a este cenário, as mulheres negras cunharam o termo *Enegrecendo o feminismo* que passou a designar a luta das mesmas dentro do movimento feminista, passando então a incluir nas discussões a formulação de debates que visam uma produção teórica e prática que abarque as diferentes expressões do feminino nas sociedades multirraciais e pluriculturais. No Brasil, nomes como Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Jurema Werneck, Lélia Gonzalez, Giovana Xavier, Djamila Ribeiro e Joice Berth despontam como expoentes nas discussões das mulheres negras não mais como objeto de estudo mas como sujeitos da própria história.

A despeito do enegrecimento do feminismo, é importante lembrarmos que a trajetória das mulheres negras é historicamente marcada por fatos que as diferem da construção do indivíduo feminino branco. Desde o período da escravidão, mulheres negras foram destituídas de sua individualidade, sendo para além de mão-de-obra, objetificadas pelo sistema patriarcal colonial.

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalharam mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos de escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo trabalho compulsório. (DAVIS;2019, p.17)

Debater e compreender como outras formas de opressão se retroalimentam dentro de nossa estrutura social, torna possível a construção de outras narrativas que somam no debate político, bem como, possibilitam pensar uma nova construção social que preze por um novo marco civilizatório, onde haja avanços nas conquistas de direitos, de fato, para todas as mulheres.

Segundo Núbia Moreira(2006) é na década de 1980 que o feminismo negro passa a ganhar força no Brasil. A partir do III Encontro Feminista Latino Americano, em 1985, surgem organizações de mulheres negras que buscam dar visibilidade a suas questões e passam a adquirir visibilidade política. Tal ação continua a ter seus reflexos, uma vez que nas eleições de 2018, o Rio de Janeiro elegeu quatro deputadas negras, sendo elas Taliria Petrone, Renata Souza, Dani Monteiro e Mônica Francisco, assim como em São Paulo foi eleita a Deputada Erica Malunguinho, o que representa um possível avanço nas discussões no âmbito das políticas públicas.

Apesar dos avanços, os indicadores sociais ainda colocam as mulheres negras em quadros de grande vulnerabilidade social. Djamila Ribeiro (2016) nos expõe que "a falta de um olhar étnico-racial para políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. A combinação de opressões coloca a mulher negra num lugar no qual somente a interseccionalidade permite uma verdadeira prática que não negue identidades em detrimentos de outras." Ou seja, precisamos atentar o nosso olhar para políticas públicas de enfrentamento para as mulheres negras serem visibilizadas e alcançadas pela sociedade e pelo governo.

Há muitas questões que podemos pôr em pauta para que o feminismo negro seja cada vez mais visto como essencial e visibilizado pela sociedade, não visto como balela, mas de fato, como ferramenta para salvar muitas mulheres. Entre essas questões, podemos destacar também que precisamos de fato "desaprender várias lições que internalizamos como verdade, tornando-nos vulneráveis a algumas expectativas" que criamos e encontramos distinta na realidade que nos cerca, em sua grande maioria nos adoecendo.

E como o Serviço Social pode contribuir no enfrentamento de tal questão? Tendo em vista a reprodução opressora acerca das questões de gênero, raça e classe ainda muito presente nos espaços sociais, a mulher negra ainda não alcançou um patamar emancipado de sujeito social, tal a mulher branca e, sendo assim, faz-se necessário que tal temática seja evidenciada nas grades

curriculares, nos sistemas educacionais, proporcionando aos estudantes, principalmente, estudantes do curso de Serviço Social, uma reflexão histórica acerca dessa temática, respeitando as particularidades e singularidades de cada uma, entendendo que o profissional de Serviço Social, mediante ao Projeto Ético-Político da profissão atue, de fato, na defesa intransigente dos direitos sociais.

Faz-se necessário e urgente romper com esse feminismo dito global, entretanto, mais um fator inerente a esta pesquisa; é enfatizar que não há possibilidade de englobar todas as mulheres há uma única característica em comum, o gênero. (Jarid Arraes 2014), pois o Feminismo negro perpassa a questão do gênero para a questão racial.

2.4 O racismo velado: o outro lado da história.

Desde os primórdios à sociedade brasileira foi marcada pelo racismo, de forma estruturante e doentia, à população negra era submetida a tratamentos desumanos e cruéis, eram perseguidas e segregadas impossibilitados de exercer o seu direito de existir. O racismo se instaurava de forma estruturante e sem disfarce, exterminando a cultura do povo preto, os sentimentos do povo preto e a sociabilidade dessa mesma população.

Depois de 7 anos de trabalho, o velho, o doente, o aleijado e o mutilado – aqueles que sobreviveram as horas da escravidão e não podiam continuar mantendo satisfatoriamente capacidade produtiva – eram atirados à rua, à própria sorte. (NASCIMENTO, 1977 s/p)

O racismo no Brasil é velado pela sociedade brasileira e pelas estruturas de poder afetando majoritariamente a população negra em múltiplas questões desde a época da sua formação, e, ainda hoje, a questão racial é uma expressão social muito forte na sociedade; onde a população negra, particularmente, vem perdendo significativamente as oportunidades, em diversos viés.

De fato, o atual governo brasileiro (2019) vem desmantelando as políticas afirmativas que dão visibilidade à população negra, o que contribui para a violação dos direitos políticos, sociais, culturais, econômicos e educacionais para essa mesma população.

Somos um país consideravelmente atrasado, tendo menos de 200 anos da falsa abolição da escravidão, onde os nossos antepassados foram submetidos a condições de vida e trabalho de maneira cruel e torturante. Falar sobre racismo, nos remete a refletir sobre a história da população negra no Brasil, e do quanto esse racismo é mascarado pela sociedade, através da falácia da democracia racial.

O crime de violação cometido contra a mulher negra pelo homem branco continuou como prática moral através das gerações (NASCIMENTO, 1977), ou seja, perpetua-se a romantização de que o Brasil é uma mistura de raças, fruto de uma harmônica miscigenação, onde na verdade não é uma realidade.

No Brasil, desde o início se perpetuava um sistema racista colonial, onde se reprimia o negro, toda a sua cultura, particularidades e supervalorizava-se o branco. Entretanto, é importante ressaltar que nessas entrelinhas já iniciava-se um processo de genocídio da população negra (NASCIMENTO 1977), visto que essa “suposta miscigenação” era um racismo velado para iniciar uma “operação” de apagamento da população negra e de fato, aos poucos embranquece-la.

O escritor Paulo Prado (1930) afirmou que (...) *na cruz contínua de nossa vida, desde a época colonial, o negro desaparece pouco a pouco, dissolvendo-se até a falsa aparência de ariano puro*, isto significa dizer que está claramente poetizado a forma como o processo de embranquecimento da população negra e consequentemente seu extermínio desde os primórdios vai se concretizando de forma sutil pela sociedade.

Embora, o processo histórico nos remete ao apagamento da população negra, corpos negros, para além de contribuir para a riqueza nacional deste país, assim como exalar sua cultura, participa da trajetória social e dos movimentos sócio-políticos da nação brasileira, entre eles, o quilombo, que pode ser considerado um dos primeiros movimentos sociais de resistência negra, dado seu caráter político e social na defesa dos direitos dos mesmos.

Segundo Clóvis Moura⁵ (1992), a quilombagem é um movimento emancipacionista, de resistência e representatividade, com uma fronteira social, cultural e militar contra um sistema que oprimia o escravo, isso significa dizer que

⁵ Clóvis Moura é sociólogo, jornalista, historiador e escritor brasileiro. Foi um dos maiores questionadores acerca da “passividade do negro” exposta na obra de Gilberto Freyre “Casa Grande e Senzala”, tendo destacado em suas obras a resistência à escravidão dos quilombos.

a questão racial já era pautada nas relações sociais limitando espaços e determinando relações de poder.

É importante pontuar que o negro fazia e, ainda hoje, faz da sua cultura e da sua religião, uma cultura de resistência social, entretanto, cabe entender que o projeto existente de sociedade atual e contemporânea que está posto, é um projeto genocida, projeto esse que visa aniquilar uma população que “supostamente” não deu certo, para esse sistema hegemonicamente branco e opressor.

Sob toda a perspectiva racial e o processo de capitalismo, herdeiro de um processo de colonização pautado nas relações de poder gerando desigualdade, desigualdades estas visivelmente expressadas pelo viés social, de gênero, raça, entre outros, imposto e pautado nesse sistema opressor, cada vez mais a população negra continua entendendo a necessidade de resistir e ocupar espaços, espaços estes de representatividade, inserindo os corpos negros de maneira pluralizada e lutando por espaços de inserção no poder.

Sueli Carneiro (1995), nos conduz a uma reflexão acerca do “estupro colonial”, contudo, debater a questão racial remete-nos a desmascarar o mito da democracia racial, que é reproduzido pela sociedade brasileira, o qual defende que a miscigenação se deu sobre bases harmônicas, e não da violência sexual e racial advinda da colonização deste país, bem como não poderia ser deixado de mencionar o mito da cordialidade brasileira que supostamente compõe a democracia racial, quando na sua real concepção, a miscigenação brasileira foi fruto de inúmeros “estupros coloniais”, da mulher negra pelo homem branco.

Sobretudo faz-se necessário entender que o racismo é um elemento estruturante inerente ao modo de produção capitalista, ou seja, é o corpo negro que está morrendo dentro das favelas, dentro dos supermercados; é o corpo negro que está sempre sendo confundido por autoridades como o corpo que é perigoso; é o corpo negro que está agonizando nas filas intermináveis da saúde pública; é o corpo negro que está sendo sucateado dentro das escolas municipais e estaduais; é ao corpo negro que a militarização é atribuída de forma desumana; é o corpo negro que está sendo substituído pelo corpo branco dentro do ambiente profissional; é o corpo negro que recebe os menores salários; é ao corpo negro que é negado atendimentos que lhe são direitos fundamentais como a terra, a moradia, a educação, a blindagem.

É imprescindível debater sobre a questão racial, por esses tantos pontos que foram mencionados e por muitos outros que devem ser pautas para a discussão.

Torna-se necessário e extremamente importante que as (os) Assistentes Sociais, no decorrer da formação profissional consigam compreender criticamente situações de preconceitos que serão enfrentadas no cotidiano profissional. Não podemos e não devemos cair no comodismo de encararmos todo o nosso processo histórico e de colonização de maneira romantizada, entretanto, faz-se urgente a necessidade de pautar a questão racial, em espaços que vão além do nosso cotidiano e da informalidade, para além disso explorar os espaços acadêmicos e abrir o leque dessas discussões.

Pensar em combater o racismo, inicia-se no combate à institucionalização da desigualdade em suas determinadas formas, ou seja, na raiz estruturante do sistema dominante e opressor que se naturaliza nas relações sociais.

É importante pontuar que o conjunto CFESS/ CRESS, no último ano debateu em sua campanha “Assistentes Sociais no Combate ao Racismo”, tendo por objetivo direcionar a luta antirracista, mas é necessário que se entenda que a nossa luta vai para além deste processo e devemos aprofundar esse debate acerca da nossa formação profissional.

Precisamos pautar o debate racial na nossa formação profissional de Serviço Social, não mais de maneira superficial, mas englobar o debate nas disciplinas obrigatórias do currículo profissional, nas universidades de maneira central, na nossa formação acadêmica, debater textos produzidos por corpos pretos, intelectuais pretas(os), entender a essência real de todo esse processo histórico pela visão de corpos pretos, para além do debate da cultura, debater a questão racial por este viés.

Pautado nos dados que já foram apresentados, confirmando que, 80% dos usuários do Serviço Social são compostos pela população pobre e negra, então mesmo que, um/a discente do Curso de Serviço Social, futura(o) Assistente Social, mesmo que seja branco/a e pense que não se enquadra nesse processo de reflexão sobre a questão racial, deve lutar para dar visibilidade à questão racial, no qual, enquanto profissional, ele/ela atenderá, em sua grande maioria, tendo em vista que, as expressões da questão social atingem majoritariamente a população negra e pobre.

A necessidade de aprofundar o debate racial e articulá-lo ao debate capitalista é fundamental, sobretudo porque essa estrutura gera a luta de classes, que vai ocasionar as expressões da questão social, sendo a questão racial uma expressão cada vez mais fortemente refletida na nossa sociedade e que a todo tempo tenta ser velada por esse sistema opressor capitalista.

Segundo Behring e Boschetti (2011), a partir do período pós-1990, ocorre na sociedade brasileira, várias contrarreformas. Atualmente, está mais uma vez em jogo a ser votada a Reforma da Previdência Social, ao analisar essa Reforma, se um/a discente do Curso de Serviço Social, por exemplo, defende a implantação da mesma, ela/ele precisa compreender a quem de fato ele/ela está negando e/ou restringindo acesso a um direito. Consequentemente, ele/ela está defendendo a falta de acesso e direito a sua população usuária, que é em sua grande maioria as pessoas negras, contradizendo todo o seu processo de formação que é o compromisso com a classe trabalhadora a fim de viabilizar o direito dela. Ao se cortar direitos, é o corpo preto que sofre primeiro, é o corpo preto e pobre que morre, são as mulheres em situação de rua, por exemplo, que estão perdendo seus filhos/filhas.

No Encontro Regional de Estudantes de Serviço Social - ERESS realizado recentemente, em abril de 2019, foi refletido acerca do Modo de Produção Capitalista e o que esse sistema pode vir a ocasionar na sociedade, e principalmente à população negra. É interessante frisar que o Capitalismo, faz do corpo negro, um corpo de ameaças, um corpo a quem a sociedade deve temer, é um corpo místico, selvagem, e pela lógica capitalista, um corpo capaz de aguentar. Logicamente, se é um corpo capaz de aguentar, é um corpo com uma força superpotente, onde vai aguentar dez vezes mais, então é um corpo que se pode tirar direitos, porque pela lógica esse corpo vai suportar, o sistema capitalista é meramente violento e essa introjeção é desumana.

Fanon (1965), vai dizer que a colonização é violenta, mas a descolonização também é, ele parte do pressuposto que a descolonização parte da substituição de uma espécie de homem, ser social, por outra espécie de homem, isto significa dizer que a descolonização vai fazer com que o colono tente cada vez mais esmagar o colonizado e desvirtuar realidades e histórias, ou seja, tirar verdades,

silenciar, gerar o apagamento. Entretanto, é importante frisar que no processo descolonização quando o colonizado começa a refletir acerca do seu processo histórico ele passa a incomodar o colono, ou seja, quando corpos pretos que antes estavam na limpeza das universidades, tem em suas filhas e filhos, jovens pretas e pretos que começam a ocupar esses espaços dentro das universidades nas salas de aula, começa-se a gerar incômodos.

O corpo de Marielle Franco, era um corpo preto, um corpo político que passa a ocupar espaços políticos que antes nos eram negados, precisou ser executada com 13 tiros para que nossas questões fossem visibilizadas, e para além de olhar Marielle como um corpo de luta e resistência, é fundamental destacar que uma mulher preta, foi executada.

Dado o exposto, é importante pautar que, a questão social na sociedade brasileira se manifesta num processo estruturante de uma sociedade racista e patriarcal, fazendo -se urgente esse debate acerca da formação profissional em Serviço Social, principalmente na atual conjuntura neoliberal onde os direitos já conquistados e as políticas afirmativas já existentes estão sendo desmanteladas por esse governo, preocupando ainda mais a situação da população negra no Brasil, a qual vem sofrendo com essas expressões da questão social cada vez mais aparente e mais cruel.

O governo brasileiro tenta censurar, intimidar e calar instituições de pesquisas(...) que se preocupam com a situação do negro no Brasil (NASCIMENTO 1977), percebemos que o processo de genocídio é estruturante na sociedade e atualmente o mito da democracia faz com que a sociedade reproduza uma consciência de aceitação a tudo o que está posto, a ponto de se tornarem naturais os dados alarmantes e cada vez mais expressivos das crescentes práticas genocidas se acenturarem nos espaços sociais, principalmente em territórios periféricos. Entretanto, devemos propositar de fato que haja uma conscientização crítica sobre essas questões principalmente nos espaços acadêmicos, espaços onde ocorrem a abertura para desconstrução de pré-conceitos e propõe um horizonte mais aberto a criticidade, conhecimento, discussões e sobretudo representatividade de corpos pretos nestes espaços compartilhando suas experiências e, de fato, combatendo a opressão advinda desse sistema que os quer silenciar.

2.5 A formação sócio-política e econômica da sociedade brasileira: a gestação brasileira na sua real concepção.

Partiremos do pressuposto de entender a gestação brasileira como povo, em terra já ocupada por inúmeros povos indígenas, bons guerreiros, índios de fala Tupi, que davam o primeiro passo para a revolução agrícola, na qual lhes asseguravam fartura alimentar no ano. Os índios situavam-se, ao longo de toda a costa Atlântica e pelo Amazonas, Paraguai, Guaporé, Tapajós, assim como, subindo pelos rios até suas nascentes, segundo retrata Darcy Ribeiro (1995, p.29), “se a história acaso, desse a esses povos Tupis uns séculos mais de liberdade e autonomia é possível que alguns deles uniformizando-os culturalmente desencadeasse um processo oposto de expansão por diferenciação, entretanto, nada disso se sucedeu.”

A partir da leitura com Darcy Ribeiro trazendo a reflexão acerca desse processo de formação, é importante compreender que, o invasor português no qual passa a estruturar a sociedade inaugurando uma organização socioeconômica fundada no escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial, faz com que essa sociedade e cultura brasileira sejam invadidas pela tradição civilizatória européia, na qual se difere do colorido herdado do índio e dos negros africanos e pela gestação de uma nova etnia com o intuito de unificar a língua e os costumes.

O Brasil passa a ser atacado pela cultura portuguesa, passando por um processo de apagamento e mutação da cultura existente.

De fato, os índios jamais estabeleceram uma paz aparente com o invasor português, como cita Darcy em seus escritos, porém defenderam até o limite o seu modo de ser e de viver, exigindo deles um esforço considerável durante décadas para dominar cada região. Essa resistência, dava-se pelo fato da própria estrutura social igualitária que era estabelecida entre os índios, uma paz consideravelmente válida.

Conta-se que os invasores europeus tornavam-os prisioneiros, e os que conseguiam escapar fugiam para além das fronteiras, horrorizados com o destino que os brancos lhe poderiam ofertar na “cristandade missionária e na pecaminosidade colonial.” Esses invasores traziam consigo desde a cárie até a

tuberculose desencadeando uma epidemia de pestes mortais naqueles que aqui viviam.

Ao longo de todo o primeiro século se deu a escravidão indígena que foi sucedida pela escravidão dos negros. Importante citar que, os negros e os índios potencializam nas lutas contra a escravidão, nessa luta índios foram dizimados, negros foram chacinados aos milhões. Cabe entender esse processo de formação. Os negros foram jogados violentamente nos chamados navios negreiros e eram acometidos em espaços minúsculos, numa alta concentração de pessoas, sendo obrigados e submetidos a comerem e defecarem em um mesmo espaço, em condições totalmente insalubres. Estes negros vieram trazidos violentamente da Costa Ocidental Africana, como força de trabalho escravo e estoque de escravos barateados para fins auxiliares e de servidão.

A população negra teve uma presença crucial na sociedade brasileira, como massa trabalhadora. Por conta da larga medida da África, não havia uma unidade linguística, cultural, influenciando em não tão grande escala com sua cultura as áreas que se concentravam, entretanto, o negro exercia um papel decisivo na formação sócio-política e econômica da sociedade brasileira. É importante destacar que a “empresa escravista” foi fundada na apropriação de pessoas, pessoas estas negras, submetidas as formas mais cruéis de violência e coerção, através de castigos mais terríveis e desumanos.

Uma vez escravo, só se deixava esse posto pela porta da morte ou da fuga. Sofriam diariamente o castigo das 300 chicotadas, a um trabalho intenso, sofriam mutilações nos dedos, seus dentes eram quebrados. Não há consideravelmente um povo sequer que passasse por tudo isso e não ficasse marcado.

De fato, o Brasil poderia ter sido concebido por uma mistura societária multiétnica. Segundo o historiador Darcy Ribeiro (1995), grupos humanos se estruturam em classes opostas para atender às necessidades de sobrevivência do progresso, surgindo a força de trabalho escrava, ou seja, para que pudesse vir a servir as forças mercantis alheias e dominantes através de processos violentos de ordem e repressão, dando início a um genocídio e um etnocídio implacável desde os primórdios vivendo ainda sobre a brutalidade e a opressão às classes oprimidas.

Articulando a sociedade contemporânea pode-se destacar que a predisposição autoritária do poder central já advinda desse processo de formação

sociopolítica e econômica da sociedade brasileira, não admita alteração da ordem vigente, ou seja, as relações de classe se dão em uma minoria privilegiada que detém o poder, sob uma grande massa do povo que é ignorada, maltratada, explorada, deflorada, decorrente de um processo de naturalização de exclusão à cultura negada e posta ao silenciamento.

Entretanto, tudo é tão bem estruturado, como cita Darcy (1995), que os brasileiros conclamados com a falácia da democracia racial não se dão conta do abismo que separa esses “estratos sociais”. Sobretudo ocasionando essa separação onde os privilegiados se isolam numa barreira de indiferença, ignorando a miséria que está posta, centralizando a concepção da meritocracia e da vontade de Deus consentida sobre os povos.

Vale ressaltar e destacar que ao contrário do que alega “historiografia oficial”, nunca faltou o apelo à violência a classe dominante, como arma fundamental para a construção da história, sobretudo, o que faltou foi espaço para que os movimentos sociais promovessem a reversão desse processo, como bem analisa, Darcy.

Toda a sociedade brasileira foi gerada pela carne indígena e africana, dos índios e dos pretos que aqui sobreviveram. Da brandura mais singela a perversidade mais atroz, fez de cada um de nós, gente sofrida, gente insana, gente resistente, gente insensível, gente que somos.

A mais desumana recordação é a herança de uma sociedade gerada na bestialidade e rispidez racista e classista. Sobretudo o que nos leva como futuros profissionais de Serviço Social a nos indignarmos cada vez mais, entendendo a real concepção de todo esse processo de formação sociopolítica e econômica em que se deu a sociedade brasileira, abrindo-nos cada vez mais a urgente reflexão de se falar sobre essas questões, de tecer o debate da temática racial, compreendendo a necessidade de fazer essa reflexão e aprofundamento sintetizada a partir da história sendo contada pelos nossos olhos, pelos olhos da população negra, assumindo então o papel de protagonista em todo esse processo e não de coadjuvantes como nos é imposto. Refletir a partir de uma história real, provocante, sentida, reflexiva e alicerçada a partir do nosso olhar.

2.6 A trajetória da profissão de Serviço Social no Brasil e a discussão de gênero e raça.

Iamamoto (1998) nos expõe que tratar dos dilemas e perspectivas para a formação profissional na contemporaneidade, pensando na elaboração de um currículo mínimo para o curso de Serviço Social, se faz urgente quando pensamos ser necessária uma reflexão crítica acerca dos debates e conhecimentos adquiridos na década de 1980, ao que acrescentamos que esse olhar crítico e propositivo, deve percorrer também toda historicidade da categoria profissional, a fim de construir, no âmbito do Serviço Social, uma proposta de formação conciliada nos novos tempos, radicalmente comprometida com os valores democráticos e com a prática de construção de uma nova cidadania na vida social, isto é, de um novo ordenamento das relações sociais.

Sendo assim, iremos, brevemente, trazer a historicidade da categoria profissional de Serviço Social, com a proposição de compreender sua gênese, os movimentos endógenos da profissão e o debate sobre o desafio e dilemas da contemporaneidade.

O Serviço Social brasileiro surge durante o Estado Novo, mais precisamente no ano de 1936, quando surge o primeiro curso de Serviço Social na PUC de São Paulo. Neste momento, o Brasil vive sob o governo de Getúlio Vargas e foi durante esse governo, que os primeiros direitos trabalhistas surgiram, com a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), assim como os sindicatos passam a ser cooptados pelo Ministério do Trabalho, enfraquecendo assim as organizações da classe trabalhadora.

Neste momento, a Igreja Católica retoma seu papel de poder na sociedade e sua dominação cultural e ideológica, o que faz com que o Serviço Social seja um elemento adequado aos interesses do Estado e da Igreja.

A influência da Igreja na ação profissional se dava em seu aporte teórico, visto que à época, o neotomismo, inspirado nos escritos de São Tomás de Aquino, norteiam as ações profissionais, assim como o modelo Europeu e Norte Americano que buscavam individualizar questões inerentes a questão social, como, também, através dos grupos, moldar as ações e ideologias dos indivíduos.

"[...]Em suas origens no Brasil, o Serviço Social está intimamente vinculado às iniciativas da Igreja, como parte de qualificação do laicato, especialmente aos setores abastados da sociedade, para dinamizar sua

missão política de apostolado junto às classes subalternas, particularmente junto à família operária[...]" (IAMAMOTO 1998, p.35)

A década de 1940 traz o primeiro Código de Ética do Serviço Social, mais precisamente, no ano de 1947. Esta década também traz a aproximação da categoria com a corrente positivista. A década de 1950, traz em si a expansão e reconceituação do Serviço Social na América Latina, momento esse em que a categoria profissional se torna laica e é reconhecida como profissão liberal, tendo sua regulamentação pela Lei 3252 de 27 de agosto de 1957. Entretanto, o conservadorismo, que se pautava em uma ação a-crítica e despolitizada frente às relações econômicas e sociais, tendo como corrente teórica o funcionalismo. Esta corrente teórica retoma o conservadorismo na profissão, que partem, mais uma vez, de uma perspectiva que omite as circunstâncias sócio-históricas que influenciam nas questões enfrentadas em seu cotidiano profissional, partindo para uma análise individualizadas das expressões da questão social e do princípio da autodeterminação do cliente, usuário, utente, beneficiário. (Netto, 2015).

Durante as décadas de 1960, 1970 e 1980 surgem as três principais vertentes que ocasionaram mudanças de paradigmas na profissão, sendo elas: a vertente da perspectiva modernizadora que irá repensar os conceitos da ação profissional do Serviço Social que estavam atrelados ao neotomismo, ao positivismo e ao funcionalismo. A segunda vertente intitulada de realização do conservadorismo que irá reatualizar o conservadorismo dentro da categoria profissional e sua aproximação com a fenomenologia e a sua terceira vertente, denominada de intenção de ruptura que irá aproximar o Serviço Social da teoria social crítica de Marx, vertente essa que aproximará o Serviço Social dos Movimentos Sociais e da Classe Trabalhadora, promovendo significativas mudanças na práxis profissional. (NETTO, 2015).

A década de 1990 promoveu um grande amadurecimento intelectual da categoria Serviço Social. Foi nessa década que surgiram o atual Código de Ética(1993) e o Projeto Ético- Político do Serviço Social brasileiro que norteia a ação profissional e traz seu comprometimento societário consolidou-se, como nos expõe Netto (1999, p. 104-105).

[...] o projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor ético central – a liberdade concebida

historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Consequentemente, o projeto profissional vincula -se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa ao arbítrio e os preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo - tanto na sociedade como no exercício profissional.

A partir desta renovação teórico-metodológica e ético-profissional faz-se necessário a compreensão acerca das raízes estruturantes que perpetuam as desigualdades no Brasil. A incorporação de temáticas como a discussão de gênero e a questão étnico-racial são fundamentais para a categoria, visto que, como nos aponta Cisne (2018), o entendimento do(a) usuário(a) do Serviço Social como indivíduo social, simultaneamente ser singular e ser genérico e pertencente a uma determinada classe social, nos leva a empreender na compreensão e no enfrentamento às múltiplas expressões da questão social, entre elas, a violência de gênero e o racismo.

Esse debate deve adentra aos espaços não só da atuação profissional, assim como às universidades, tendo em vista não só a formação de futuros profissionais como a articulação da promoção de ideias junto a categoria e a sociedade. É preciso compreender que a ruptura com o conservadorismo no Serviço Social ainda encontra-se em processo de materialização. Sobre isso:

[...] o desafio está posto na perspectiva de construir mediações e conexões históricas profundas que permitirão desvendar os fios da dominação que atinge a classe trabalhadora, que apesar de constituir-se na maioria de humanidade, encontra-se em situação de barbárie material e subjetiva. A apreensão do movimento real do que é individualidade, sua relação dialética com o gênero humano, com a luta pela liberdade e com a realidade de exploração e opressão [...] (CISNE, 2018,p.148)

Sendo assim, pensamos o quanto se faz essencial adentrar os espaços das universidades, vinculando a prática nas relações sociais, atrelando a teoria e a prática num conjunto inseparável, unificado e presente dentro desses espaços,

para que a formação seja, de fato, completa, vinculada a um processo histórico que é real.

2.7 Reforma Curricular do Serviço Social: A transição do currículo mínimo de Serviço Social implementado em 1982 à consolidação das Diretrizes Curriculares de 1996 e a invisibilidade de debates sobre a questão racial nos espaços acadêmicos.

Em 1982, foi aprovado Pela ABEPSS - Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social, o Currículo Mínimo para a formação profissional no curso de Serviço Social e segundo Moraes (2018)⁶, a proposta de Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 é resultado de um conjunto de ações realizadas entre 1994 e 1996, com intuito de reavaliar o Currículo Mínimo de 1982. A seguinte proposta foi apresentada na Convenção Geral da ABESS - em 1993, após as questões apontadas pela “Avaliação da Formação Profissional do Assistente Social Brasileiro Pós-Novo Currículo – avanços e desafios”, realizada pela ABESS no período de 1982-1985.

De acordo com o disposto na Lei de Diretrizes Curriculares (1996, p.2 e 3), durante tal convenção:

(...) Numa primeira etapa procedeu-se à avaliação dos impasses e tensões que obstaculizam a formação profissional numa perspectiva contemporânea e de qualidade. Com base neste diagnóstico foi elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS, em Recife, dezembro de 1995, a Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional, contendo os pressupostos, diretrizes, metas e núcleos de fundamentação do novo desenho curricular.

Com base em toda contextualização apresentada no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária em 8 de novembro de 1996, onde implementou-se as diretrizes gerais para o curso de Serviço Social com aprovação da ABEPSS, a reformulação das disciplinas curriculares do curso de Serviço Social referindo-se a inserção do debate sobre a temática de desigualdade de gênero e questões étnico-raciais, segundo tal reforma curricular, acrescenta-se também a

⁶ Economista, especialista em Responsabilidade Social e Terceiro Setor. Graduanda em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFRJ).

discussão sobre a identidade e subjetividade na constituição dos movimentos societários.

Podemos então inferir que tal discussão é inerente ao curso de Serviço Social, tendo em vista que compreender o processo sócio-histórico brasileiro através de uma perspectiva descolonizadora nos permite uma atuação crítica quando defrontados nos espaços sócio-ocupacionais, com expressões da questão social que atingem diretamente à população negra, abarcando suas questões e especificidades que são brutalmente descentralizadas pelo Estado que por sua vez, preza pelo ideário de embranquecer toda uma sociedade que sofre uma eterna padronização nos espaços sociais.

Na Lei de Diretrizes Curriculares destacam-se os pressupostos da formação profissional que faz uma abordagem sobre as transformações que a/o Assistente Social sofre na sua atuação profissional, onde tais mudanças refletem nas relações profissionais entre o espaço público e o privado, principalmente no que concerne às relações de profissionais de gênero e raça.

Dentro dos 9 (nove)⁷ princípios que fundamentam a formação profissional, nas quais são enfatizados na lei de diretrizes gerais para o curso de Serviço Social de 1996, destaca-se o 1º princípio que preconiza a:

(...) Flexibilidade de organização dos currículos plenos, expresso na possibilidade de definição das disciplinas e ou outros componentes curriculares – tais como oficinas, seminários temáticos, atividades complementares – como forma de favorecer a dinamicidade do currículo.(ABEPSS, 1996, p.6)

As diretrizes curriculares fazem um resgate histórico sobre a redefinição do projeto profissional ocorrido na década de 1980, destacando tal processo que inclui a profissão de Serviço Social na divisão sócio-técnica do trabalho, sendo uma profissão pautada em uma atuação que visa a coletividade.

O terceiro tópico apresentado na Lei de Diretrizes Curriculares gerais da ABEPSS, para o Curso de Serviço Social, relata que tal reforma curricular:

(...) partem da concepção da categoria trabalho se remeter a uma atividade centralizada na formação do ser social e que mudanças apresentadas nos âmbitos econômicos, sociais e culturais, demonstram a

⁷ Ver na lei de diretrizes curriculares de 1996 a partir da página 6, no item 2.1 – Princípios que fundamentam a formação profissional .

necessidade de um redimensionamento na maneira de pensar e agir dos Assistentes Sociais, pois surgem novas demandas e novas respostas profissionais são postas mediante a tais transformações na sociedade. (ABEPSS, 1996, p.13)

Por consequência de tais modificações foi entendido que o processo de formação profissional precisa estar atrelado a um conjunto de saberes e por esta razão implantou-se na nova lógica curricular, como núcleos de Fundamentos de Formação, dentre estes, enfatiza-se o Núcleo de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira, na qual traz o debate sobre a gênese do processo econômico, social, político e cultural do período de construção do território brasileiro. Acrescenta-se também neste núcleo de formação profissional, uma análise sobre a temática atrelada aos movimentos sociais, vinculando-se a luta do povo negro, através da busca pela equidade, democracia e representatividade, principalmente para as mulheres negras que são as mais atingidas pela desigualdade racial e de gênero nos espaços sociais.

Tais debates precisam estar, de fato, atrelados neste processo de formação profissional, não só no que concerne discutir este contexto sócio- histórico brasileiro através de uma perspectiva econômica, mas também, a partir de um olhar crítico e reflexivo sobre todo o processo do período escravocrata colonial, entendendo que este período estão as raízes das expressões da questão social, tal como o racismo existente na contemporaneidade

E compondo o corpo acadêmico de disciplinas do curso de Serviço Social, apresentam-se as seguintes propostas:

(...) a Sociologia, ciência política, economia política, filosofia ,psicologia, antropologia, formação sócio-Histórica do Brasil, Direito, política social, Acumulação capitalista e desigualdade Social, Fundamentos Históricos e Teóricos do Serviço Social, processo de trabalho do serviço social , administração e planejamento em serviço social , pesquisa em serviço social, e concluindo esse conjunto de matérias, a disciplina de ética profissional .(ABEPSS, 1996,p.15)

Tais disciplinas ampliam o conhecimento de saberes, práticas, heranças culturais e determinações sócio-históricas que compõem a realidade dos usuários

fazendo com que o profissional de Serviço Social possa sair das aparências das questões apresentadas, adentrando sua essência, tal nos propõe a Teoria Social Crítica de Marx. A este respeito, Almeida(2016), nos diz que:

(...) o debate racial no interior do pensamento marxista aprofundou-se à medida que os impactos das grandes transformações sociais do século XX exigiram um reposicionamento teórico. Temas como constituição de subjetividade e ideologia, Estado capitalista e as crises e papel das minorias na luta de classes, bem como os diálogos com a psicanálise, a fenomenologia, o estruturalismo e o pós-estruturalismo, ampliaram as possibilidades de uma análise marxista do racismo.(s/p)

As múltiplas expressões da questão social⁸ se modificam ao longo do tempo, pois essas são advindas de processos de omissão e negação de direitos sociais à população, que disparadamente atingem em maior instância a população negra, em especial, a mulher negra e periférica.

O documento implementado pela ABEPSS⁹, em 2018, descreve o debate étnico racial no processo de formação profissional como:

(...) uma profunda relação com a dimensão social do trabalho e da questão social. Ele se apresenta como mediação fundamental do objeto da profissão, qual seja, as diferentes expressões da questão social e a efetiva promoção de ações concretas para a sua superação, enfrentando com base em uma educação e formação profissional anti racista. (ABEPSS,2018,p.16)

Contudo, neste processo de aprendizagem sobre a prática profissional de uma/um Assistente Social é necessário de fato compreender a questão de desigualdade racial no que tange à opressão sofrida por mulheres negras, para com as diferentes manifestações e expressões racistas e genocidas que perpetuam nos espaços sociais, frisando também tais práticas que ocorrem nos

⁸ Os impactos ocasionados nesses processos em epígrafe ocasionaram as desigualdades sociais nas questões de gênero, raça e etnia, sendo essas o retrato das desigualdades sociais que são mais abrangentes nos espaços sociais brasileiros.

⁹ Ver documento da ABEPSS que tem como tema “subsídios para o debate sobre a Questão Étnica – Racial na formação em Serviço Social”

campos de atuação profissional, fazendo com que as estudantes do curso de Serviço Social neste processo de formação profissional, compreendam a necessidade de ter um embasamento crítico e teórico frente às essas atrocidades que ainda se difundem na atual conjuntura social brasileira.

As Assistentes Sociais necessitam ter a ciência, antes de tudo de reconhecer quem é em sua grande maioria, a sua população usuária, sendo ela em grande parte composta pela população negra, pobre, favelada com demandas atreladas a Políticas de Assistência Social, Saúde, Educação; dados estes justificados historicamente por conta da marginalização dessa população negra e da formação social elitista, branca, colonial, patriarcal e racista.

A Revista Práxis, em março do ano vigente publicou uma edição especial, trabalho este desenvolvido pelo Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ), a partir de estudos e parcerias por mais de 30 anos, com o Movimento Negro. É claro que, uma parcela da categoria profissional está a par e engajada em compreender e dar centralidade às questões étnico-raciais no âmbito da atuação profissional, isso de fato é uma luta que nos compete, como está previsto no Código de Ética Profissional, princípio VI, onde prevê a categoria: “O empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, a participação de grupos socialmente discriminados e a discussão das diferenças”; de fato importa-nos dar visibilidade à população negra e entender suas especificidades para que ao atuar estejamos alinhadas em todo esse processo, dialogando e efetivando políticas públicas que de fato estejam equiparadas à nossa população usuária.

Ao pensar no racismo, precisamos compreender o conceito num viés de sistema estrutural, onde uma raça detém o poder sobre a outra raça. Quando o Serviço Social em sua plenitude, entende esse conceito historicamente estruturado, atrelando a sua práxis profissional, assimila que essa desigualdade é maçante e rebate na nossa categoria, tendo em vista que, a nossa população usuária, se dá em sua maioria pela população negra, pelas mulheres negras, faz-se urgente entender as especificidades dessas mulheres, já que segundo o Dossiê das Mulheres de 2018, são as mulheres negras as maiores vítimas e feminicídio, necessitando urgentemente da nossa intervenção profissional.

O CRESS-RJ, em parceria com o Movimento Negro, promoveu um movimento de continuidade na luta sobre as questões raciais denominado: “21

dias de Ativismo contra o racismo”, já ocorrido em anos anteriores e deu-se continuidade no ano de 2019, movimento realizado com atividades pacíficas focadas na reflexão sobre o tema e no enfrentamento contra o privilégio e opressões decorridos no dia a dia em múltiplos espaços da vida social. Importante ressaltar que a atividade foi promovida por uma mulher negra, de nome Luciene Lacerda, Mestre em Saúde Coletiva, que em suas falas sempre reforça a necessidade da questão da mulher negra na sociedade brasileira ser amplamente discutida, e sobretudo pensar em ampliar a luta contra o racismo para além das datas de Maio e Novembro, remetendo-nos a lembrança de que dia 21 de Março ocorreu o Massacre de Sharpeville¹⁰ e pensar essa luta cotidiana e em como podemos de fato enfrentá-la.

A Campanha de Gestão 2017- 2020 do conjunto CFESS/CRESS, intitulada de: “Assistentes Sociais no combate ao Racismo”, é um marco na nossa profissão, nunca se deu tanta visibilidade a questão racial como atualmente, e é necessário que a categoria absolutamente entenda de fato, que esta luta, trata da importância de intervir nessa questão alinhado ao nosso Código de Ética Profissional e a importância de fato trabalhar essa questão na nossa formação, destaque não é trabalhar na formação profissional só em sala de aula, mas levar essa discussão aos diferentes espaços, construir um debate em que a cultura e a visibilidade da população negra se espraia.

Não basta simplesmente ter conteúdo, sem estabelecer as relações. Não é suficiente falar da história da África sem relacionar as consequências do racismo no Brasil e seu impacto no cotidiano. Falar sobre racismo é contemplar os adolescentes negros que são proibidos de irem à praia na Zona Sul do Rio de Janeiro por conta de uma elite burguesa branca que não deseja e cria um verdadeiro apartheid social e racial. Ou seja, é impossível continuar abordando a questão racial em sala de aula na formação profissional, sem discutir a resistência dessa população negra e as formas de enfrentamento para essas questões.

¹⁰ Em 21 de março de 1960, no bairro de Shaperville, na cidade de Johannesburgo, África do Sul, o Congresso Pan- Africano(CPA) organizou um protesto contra a Lei do Passe, lei essa que obrigava os negros da África do Sul a usarem cadernetas nas quais estavam determinados quais espaços estes poderiam estar. Cerca de vinte mil manifestantes se reuniram em uma marcha pacífica, entretanto, a polícia sul africana alvejou os manifestantes com rajadas de metralhadora. Noventa e nove pessoas morreram e cerca de cento e oitenta ficaram feridas.

2.8 O campo empírico da pesquisa: um olhar sobre o Curso de Serviço Social da UNIGRANRIO.

O campo empírico da pesquisa deste projeto é a Universidade do Grande Rio Prof. José de Souza Herdy, mais conhecida como UNIGRANRIO, cujo nosso recorte ocorrerá junto aos discentes do Curso de Serviço Social desta instituição. Esta instituição está localizada no município de Duque de Caxias, Baixada Fluminense¹¹, região periférica do estado do Rio de Janeiro.

As informações acerca do campo empírico da pesquisa que virão a seguir foram obtidas através de documentos institucionais que nos contam a trajetória da instituição ao longo das últimas décadas na região.

A UNIGRANRIO iniciou sua trajetória no ano de 1970. À época, chamava-se Associação Fluminense de Educação (AFE), esta associação era entidade mantenedora das Faculdades Unidas do Grande Rio.

No ano de 1972, foram criados os primeiros cursos superiores, no entanto, a AFE já realizava trabalhos assistenciais nas áreas de educação e saúde para a população em situação de vulnerabilidade, no município de Duque de Caxias. Essas ações passam a ganhar maior notoriedade a partir do ano de 1979.

A Unigranrio ganhou o Título de Utilidade Pública Federal através do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), na década de 1990, adequando-se às novas exigências oriundas da vigência da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Política Nacional da Assistência Social (PNAS), Sistema Único da Assistência Social (SUAS), a fim de estabelecer diretrizes políticas e ações continuadas, articulando serviços de Assistência Social, Saúde e Educação.

O curso de Serviço Social surge no ano de 2003 e assume o direcionamento de projetos e ações sócio assistenciais na universidade. Assume também um laboratório de práticas que visa a elaboração de projetos de intervenção, assim como a produção de pesquisas na área do Serviço Social que

¹¹ A Baixada Fluminense está localizada no estado do Rio de Janeiro, Brasil. Esta região é composta pelos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Belford Roxo, Queimados, Nilópolis, Magé, Guapimirim, Mesquita e, também, engloba as regiões de planície entre a Serra do Mar e o litoral desde Itaguaí até o Campo dos Goytacazes. Esta região apresenta uma grande diversidade cultural, visto que abrigou muitos escravos e, posteriormente, ex-escravos da região sul fluminense; além de espaços onde há registros da cultura indígena, povos originários do país, como no bairro de São Bento em Duque de Caxias. A região sofre com o estigma e as consequências do descaso do poder público, liderando os índices de violência urbana, violência contra a mulher e problemas sociais.

em 2019 passa a denominar-se Núcleo de Prática em Serviço Social, contando com os seguintes programas e projetos: Programa Cidadania e Educação; Projeto de Assistência Estudantil; Programa Cidadania e Educação; Programa Cidadania e Saúde; Projeto Ambulatório Jamil Sabrá; Programa Direitos Humanos e Assistência Jurídica; Programa Multiplicando o Saber - Educação permanente de Supervisores de Campo em Serviço Social; Projeto Trilhando Rumos - Preparando jovens para a vida profissional e Projeto Mulher Atuação - A inserção da defesa pessoal no combate da violência contra a mulher.

Atualmente, a Matriz Curricular do Curso de Serviço Social traz duas disciplinas que abordam diretamente a questão de Gênero e Raça, que são: Programa Curricular Articulador de Gênero, e, Programa Curricular Articulador de Raça e Etnia. Tais programas visam orientar os/as discentes e futuros/as Assistentes à identificar e contribuir no enfrentamento da desigualdade, discriminação e preconceitos frente à diversidade de gênero e as questões relacionadas à raça e etnia.

Na direção do amadurecimento de seu corpo docente e discente, foi criado no ano de 2018, os grupos de pesquisas e estudos em diferentes práticas do Serviço Social e áreas interdisciplinares, cabendo-nos aqui, destacar o Núcleo de Pesquisas e Estudos de Gênero, Raça, Etnia e Sexualidade (NUPEGRESS), núcleo esse que debate entre os discentes as temáticas relacionadas a este projeto de pesquisa e que trouxe dados e inquietudes que nos salientaram a importância desta discussão de gênero e raça relacionada à formação profissional em Serviço Social.

Tal iniciativa encontra-se em consonância com discussões propostas pelas Diretrizes Curriculares de Serviço Social, que propõem as discussões de gênero, raça, etnia e sexualidade durante o processo de formação profissional. Assim como, os eventos comumente presentes na Universidade, organizados pelo Curso de Serviço Social da instituição, como os encontros Étnicos Raciais, que já debateram as temáticas negras, indígenas e de liberdades religiosas, bem como, os Seminários de Gênero, Políticas Públicas e Violência Contra Mulher, que já debateram sobre a mulher no mercado de trabalho, diversidade sexual, intolerância religiosa, entre outros.

Entretanto, sabemos que tais discussões devam dar-se de maneira contínua, visto que embora hajam leis que incentivem a promoção da cultura afro-

brasileira e indígena no ensino básico de educação, (Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996), e também a Lei 10.639/2003 que torna obrigatória o Ensino da História e da cultura afro-brasileira nas escolas públicas e particulares do Ensino Fundamental até o Ensino Médio, tal prática não se materializa, o que mantém preconceitos e a perpetuação de práticas que não ampliam as discussões e, tão pouco, da autonomia e acessibilidade de direitos de grupos marginalizados em nosso país.

Cabe também uma reflexão sobre o alunado da instituição: grande parte deste é composto por moradores de regiões periféricas do Rio de Janeiro e, em sua maioria, alunos trabalhadores, o que por vezes limita a participação dos mesmos em grupos de pesquisas, por exemplo, não permitindo assim, que ampliem sua visão acerca de inúmeros debates, disponíveis nos núcleos de pesquisa.

Desta forma, pensamos ser fundamental que o debate acerca das questões de gênero, raça e etnia, se dêem de forma contínua no Curso de Serviço Social e promovendo o diálogo com demais cursos, associando a realidade e a sua conjuntura real, tendo em vista que as futuras profissionais encontrarão em sua prática às expressões da questão social, tais como o racismo, violência contra a mulher em sua prática profissional.

CAPÍTULO 3

REFLEXÃO QUE GERA AÇÃO

3.1 A aproximação com o campo empírico e as(os) participantes da pesquisa

A pesquisa em tela tende a contribuir para o processo real da prática profissional, tendo como base esse estudo científico diante dos resultados obtidos pelas autoras sobre a percepção das(os) discentes do Curso de Serviço Social da Universidade Unigranrio, bem como tudo o que foi abordado nas temáticas e nos referenciais citados e discutidos durante todo o processo, racial, de gênero, entre tudo aquilo que perpassa as questões críticas e propositivas da mulher negra em toda a sua trajetória histórica, social, cultural o que faz estruturar a sociedade para que de fato, se afastem ao invés de unir e perpetuar um mundo mais justo.

Entretanto, analisar a percepção dos discentes do Curso de Serviço Social da Unigranrio acerca da contribuição da/o Assistente Social no enfrentamento da violência contra à mulher negra e como a Universidade vem trabalhando esse assunto é de fato, um objeto inicial de estudo para que se possa pensar em formar profissionais comprometidos, competentes e propositivos a atender a sua população usuária, diante das suas necessidades, particularidades e especificidades, sabendo que, a população usuária, em sua grande maioria são mulheres, e são negras, para que esse atendimento não seja realizado de forma superficial, enquanto um estudante de Serviço Social é imprescindível que se conheça todo o processo histórico da sociedade brasileira que a torna tão desigual, e que no decorrer de todo esse aprendizado se desconstrua e se descolonize o olhar.

Para tanto, a coleta de dados foi estritamente focada na percepção e na análise da compreensão desses discentes, enquanto futuros profissionais de Serviço Social, refletindo acerca do que ocasiona a vulnerabilidade dessas mulheres e como enfrentar enquanto profissional essa questão, não sendo mais um número e sim um diferencial na vida dessa população usuária.

A aproximação com o campo empírico se deu não somente pelo fato das pesquisadoras, deste trabalho serem estudantes da Universidade, mas, também, pela participação de uma delas no Núcleo de Pesquisas em Gênero, Raça, Etnia e

Sexualidade (NUPEGRES). Este núcleo, formado por estudantes do curso de Serviço Social, iniciou uma pesquisa, no primeiro semestre de 2018, onde foi discutida a questão racial. Nesse momento, foi possível notar que muitos alunos demonstraram acreditar que o Brasil vive uma democracia racial. Fato este que, nos motivou a aplicação da pesquisa entre os alunos do curso de serviço social na Unigranrio.

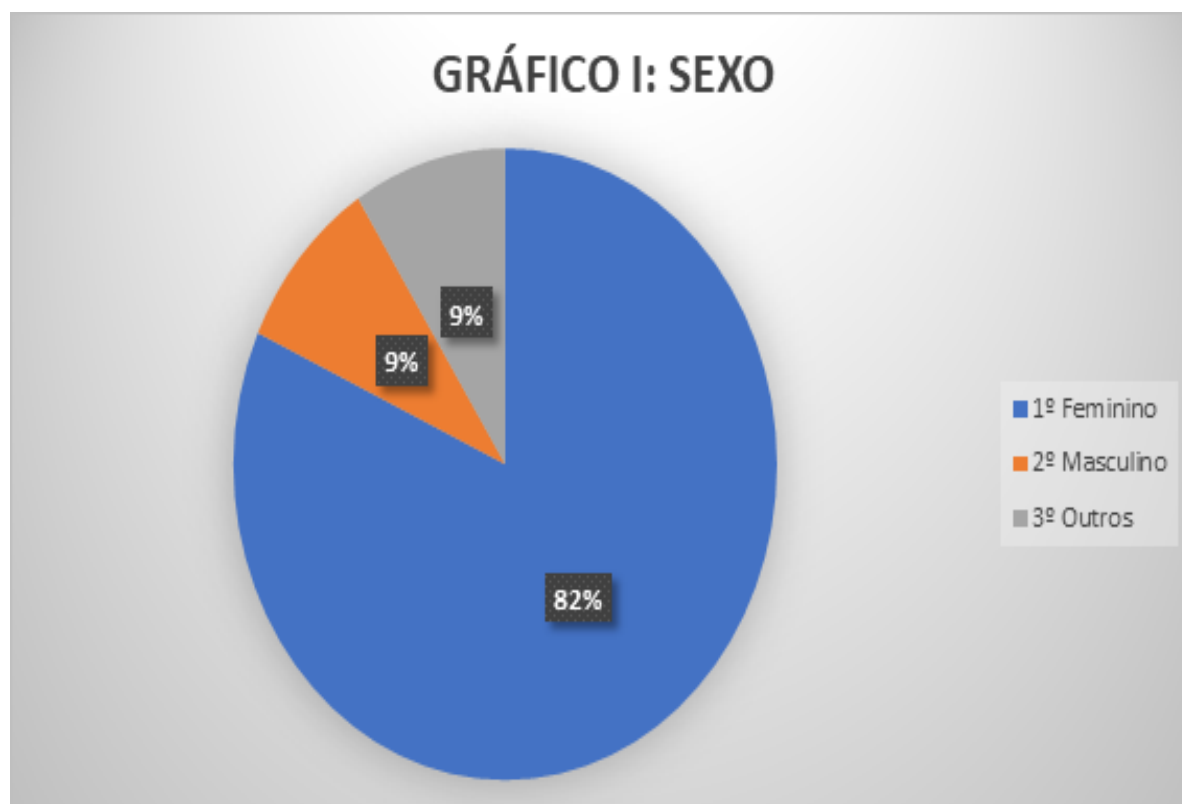
A princípio, a pesquisa seria aplicada aos alunos ingressantes e concluintes, entretanto, apenas os alunos concluintes se dispuseram a participar da mesma. Foram realizadas duas tentativas para aplicação da pesquisa. Na primeira tentativa, nove alunas aceitaram participar da pesquisa, sendo que apenas uma delas devolveu o questionário respondido. Na primeira abordagem feita junto aos ingressantes, foram suscitados vários questionamentos acerca das questões raciais e de gênero. As(os) discentes demonstraram também compreender a importância deste debate dentro da tentativa, apenas duas aceitaram. Porém, dado o tempo de entrega deste trabalho, não seria possível uma nova tentativa, bem como o alcançar universo pretendido. O que nos levou a coleta de dados apenas dos concluintes.

Junto aos concluintes houve uma maior receptividade e motivação para participarem da pesquisa. Foi possível colher as respostas na primeira abordagem e os alunos levaram em média de vinte a trinta minutos para responderem as questões abordadas no questionário.

Frente a essa primeira abordagem, é possível inferir que as discussões acerca da violência somada a discussão racial ainda causam um estranhamento entre as(os) discentes ingressantes, tendo alguns alunos e alunas demonstrado bastante insegurança na abordagem de tal temática. Ao passo que, os concluintes, já conseguem de alguma forma compreender a dimensão da pesquisa científica em sua formação profissional e em sua futura atuação profissional.

As autoras transcreveram as respostas das(dos) alunos, em relação ao questionário aplicado na pesquisa, e as(os) alunos em relação a pertença étnico racial em sua grande maioria se colocaram como alunas(os) negras(os), dentre a relação de gênero, a grande maioria das respostas do questionário foram contempladas pelas mulheres.

3.2 Indicadores do Perfil Socioeconômico das/dos concluintes do Curso de Serviço Social da Unigranrio em 2019.2



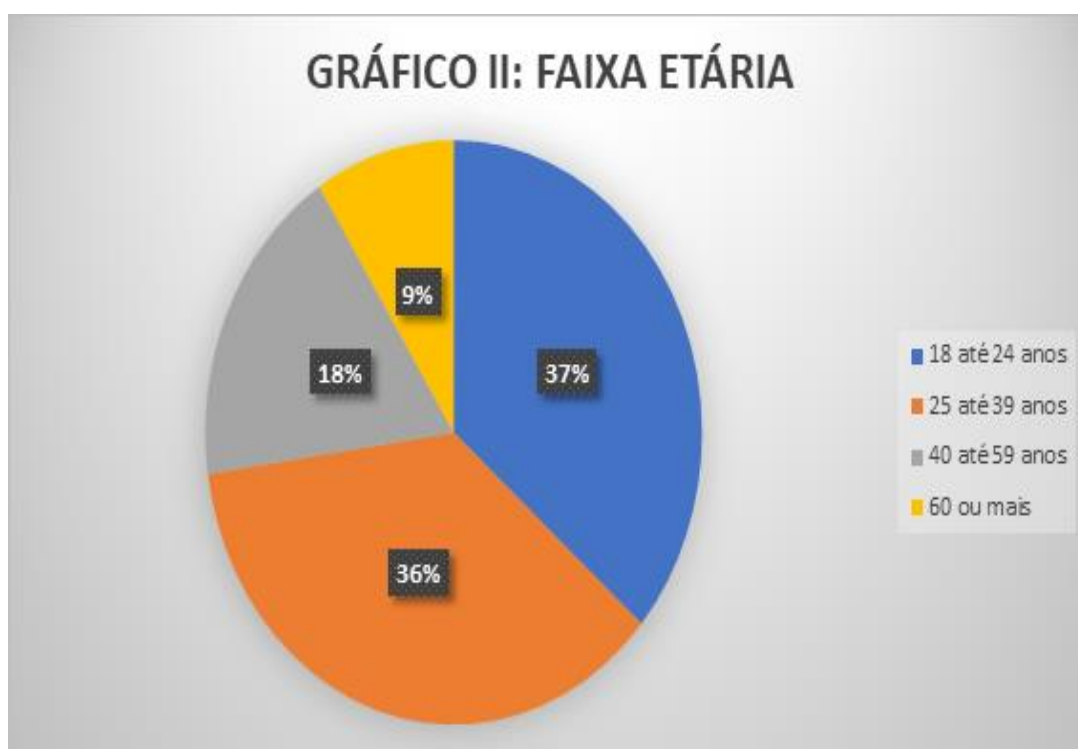
O gráfico elaborado pelas autoras deste estudo retrata o percentual de alunas(os) concluintes do Curso de Serviço Social da Universidade Unigranrio, em 2019.2. Gráfico de pizza com a distribuição de alunas(os), por sexo.

No gráfico acima, pode-se observar que, 82% das alunas entrevistadas são do sexo feminino, enquanto somente 9% são do sexo masculino e 9% assinalaram a opção outros, isso deve-se ao fato da profissão de Serviço Social ser uma profissão majoritariamente constituída por mulheres, dentro do nosso campo acadêmico podemos observar isso de forma contundente, entretanto Cisne (2017), reforça que o problema não está em nossa profissão ser considerada majoritariamente composta por mulheres, e sim ser considerada uma profissão feminina, sermos cobradas para corresponder a “qualidades” consideradas “naturalmente” femininas para ser uma assistente social, como a sensibilidade, a capacidade de acolhimento, a bondade, etc, o que acaba contribuindo e

reforçando a ideia de que é um perfil vocacional e não profissional, indo em oposição ao que nós defendemos no nosso Projeto Ético Político.

O fato de sermos consideradas uma profissão feminina, também implica na desvalorização dos nossos salários, visto que somos um país racista e historicamente patriarcal, trazemos marcas da exploração, da violência e da opressão, Cisne reafirma que por sermos mulheres, não somos apenas responsabilizadas pela questão social, como somos as mais atingidas por ela.

Segundo Cisne, essa postura precisa ser superada, e é esse o convite do nosso projeto ético-político para a defesa da liberdade e da igualdade na diversidade, lutando contra todas as opressões e explorações, por isso é tão necessário a incorporação do feminismo na formação e no exercício profissional, bem como as nossas entidades continuarem articuladas às lutas do movimento feminista para o fortalecimento do nosso projeto profissional, a luta feminista é fundamental para o nosso avanço profissional e principalmente para uma possível emancipação das mulheres, em busca de equidade, respeito e valorização.



O gráfico elaborado pelas autoras deste estudo retrata o percentual de alunas(os) concluintes do Curso de Serviço Social da Universidade Unigranrio, em 2019.2. Gráfico de pizza com a distribuição de alunas(os), por Faixa Etária.

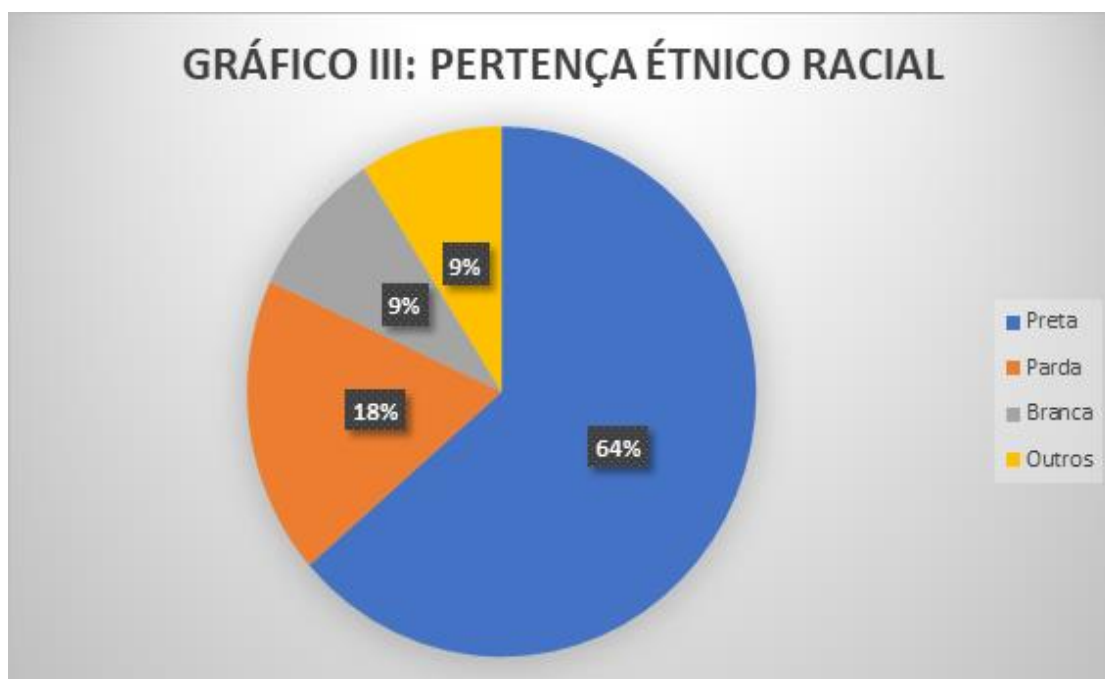
Entendemos que o fato de não ter alunas(os) menores de 18 anos, concluindo a faculdade implica na ideia de ser uma idade ainda precoce para uma conclusão de curso, compreendemos que se fosse em uma turma inicial de primeiro período do curso teríamos a probabilidade de mais alunos com idade inferior a 18 anos, visto que, vale ressaltar que essas alunas ainda assim, seriam majoritariamente brancas, e não negras, diante de toda a desigualdade social e a dificuldade de ingressar em uma unidade de ensino particular, tendo em vista que a mensalidade gera custos, e por conta da nossa distribuição de renda, a pobre, a negra é sempre a menos beneficiada, quando é.

Entretanto, os números se aproximam no percentual de 18 até 39 anos, respectivamente 37% e 36% é possível compreender esse processo, entendendo que nesta faixa etária muitas alunas já exercem uma atividade remunerada, seja por contrato, por carteira assinada ou até mesmo de forma autônoma, conseguindo então arcar com suas despesas mensais na faculdade, mesmo que muitas vezes tenham que ir pelo caminho de por em sua grade menos disciplinas, e levarem mais tempo para a conclusão do curso, do que o mínimo exigido na grade curricular.

Importante dizer que entre 40 até 59 anos há um percentual de 18 por cento, o que dentro de um curso universitário vem quebrando os paradigmas e abrindo um leque de novas possibilidades de vivência e de experiências por essas alunas, também a desconstrução de muitos preconceitos que nos levam a refletir a sobre a possibilidade de abertura a aquilo que é novo para cada uma de nós, e o quanto a mudança muitas vezes pode gerar receio, mas ainda assim, renovo.

Outrossim, cabe ainda ressaltar que a probabilidade de alunas maiores de 60 anos, com a porcentagem de 9% em um curso universitário nos estima a avançar na nossa luta por equidade e justiça social, porque acreditamos na possibilidade de mudança, e em políticas públicas que sejam efetivadas para desconstruir o senso comum e abrir possibilidades aos menos favorecidos e aqueles que estão à margem da sociedade, o fato de termos mulheres acima de

60 anos em um curso universitário nos revela que cada luta nossa, é significativa e gera resultados, por isso estamos e somos luta e resistência, continuaremos avançando!



O gráfico elaborado pelas autoras deste estudo retrata o percentual de alunas(os) concluintes do Curso de Serviço Social da Universidade Unigranrio, em 2019.2. Gráfico de pizza com a distribuição de alunas(os), por Pertença Étnico Racial.

Torna-se curioso o fato de majoritariamente as alunas concluintes do curso de Serviço Social da Unigranrio serem 64% negras, visto que são as mulheres que mais resistem a sobrevivência cotidianamente e que recebem os salários mais baixos. Estamos na base da pirâmide da exclusão social e se faz muito importante refletir sobre essa questão, porque estar na base não significa ineficiência destas mulheres, mas falta de oportunidade para que possam avançar.

A falácia da meritocracia que discorre na afirmação de que se você quer, você consegue, só é possível ser concretizada de fato, alçando sonhos, objetivos, com oportunidades justas e igualitárias; não com força de vontade, porque as mulheres negras partem de uma linha de trajetória bem atrás, repleta de opressões, violências e historicamente racista. E a desigualdade, posta na sociedade dificulta o acesso dessas mulheres a um curso universitário. Entretanto, vale ressaltar que esse estigma vem a cada dia, a cada luta pelo movimento

negro, pelo feminismo negro, pelas redes e políticas públicas de alguma forma sendo estreitado para que se minimize essa coerção e de fato, tenham-se cada vez mais mulheres negras, pobres e faveladas dentro das universidades lançando suas vozes e contando suas histórias de um mundo real.

3.3 A percepção das/ dos alunas (os) concluintes do Curso de Serviço Social da Unigranrio acerca da violência de gênero.

Em uma sociedade que tem por base cultural o heteropatriarcado, ou seja, a percepção de que a figura masculina é por si só o modelo de poder vigente e absoluto, introduzir a discussão de gênero é sempre polêmica e passível de algumas distorções. Especialmente, em tempos pós-modernos, onde as discussões se veem fragmentadas, destituídas de sua contextualização histórica, tendo como perspectiva a subjetividade dos indivíduos e não a sua percepção enquanto ser social e parte de uma coletividade. Somado a isso, temos o avanço de políticas e práticas conservadoras, o que gera alguns entraves no avanço da discussão.

Neste tópico, analisaremos a percepção das/dos discentes do curso de Serviço Social da Unigranrio acerca da violência de gênero, tomando por base as entrevistas cuja primeira indagação feita foi “ para você o que é violência de gênero e seu entendimento sobre essa questão?”. Para tal, destacamos algumas falas que nos permitem a problematização da questão:

“Não respeitar a individualidade do outro” (discente 01)

A/O concluinte 1, nos expõe que em sua concepção a violência de gênero está associada a falta de respeito a individualidade de outrem. Entretanto, sabe-se que a violência de gênero é uma expressão da dominação do modelo social heteronormativo branco que inferioriza e destitui de poder aqueles e aquelas que não correspondam a tal modelo. Neste modelo de oposição encontra-se a mulher, que ao longo da história vem sendo subalternizada frente ao poderio do homem sobre ela, sua individualidade, sexualidade, espaço na esfera pública, o que acaba a deixando em uma situação de maior vulnerabilidade quando falamos das expressões da violência.

Cisne (2018) nos expõe que a questão de gênero tem uma natureza complexa posto que "envolvem situações concretas da vida singular dos indivíduos bem como dos sujeitos políticos coletivos" e faz-se necessário pensar que tantos os profissionais em Serviço Social quanto os que se encontram em processo de formação, estão inseridos nessa dicotomia, o que nos leva a necessidade de aprofundamento neste debate para o esclarecimento da mesma.

*“Violência de gênero é oprimir alguém em função de seu gênero, de ser feminino ou masculino. É uma violência mais comum contra o gênero feminino, visto o papel histórico da mulher ao longo dos séculos.”
(discente 03)*

Nesta resposta podemos notar que o concluinte 3 compreende que o papel histórico conferido a mulher a mantém em uma situação de maior vulnerabilidade frente às expressões de violência. Cabe ressaltar que a discussão de gênero nas ciências sociais tem levado ao questionamento sobre a construção social dos indivíduos, o que irá por delimitar seu comportamento e ação enquanto ser social.

A violência contra a mulher foi por séculos vivida de forma silenciosa, garantida pelos princípios da inviolabilidade do mundo privado. Como forma de denúncia e de luta contra as formas institucionais e não institucionais de dominação masculina, o movimento feminista foi responsável por denunciar a violência de gênero como algo de dimensão pública e coletiva. Desde a década de 1960, as feministas têm lutado para incluí-la na agenda política das violência contra a mulher foi por séculos vivida de forma silenciosa e individualizada violações de Direitos Humanos e fomentado o debate coletivo de que “o privado é político” (Smigay, 1989, 2002). Todavia, somente em 1993 a questão da igualdade de gênero foi explicitada na Conferência dos Direitos Humanos de Viena. (SILVEIRA E SPILMANN,2014).

Ou seja, apenas no século XX a violação dos direitos das mulheres, dada a violência de gênero tem entrado nas pautas políticas e vem sendo encarada como uma violação dos direitos humanos. Encontrando assim resistência nos setores mais conservadores da sociedade, visto que ao longo de séculos a mulher foi concebida como subalterna ao poder dominante masculino.

Importante também ressaltar que há uma questão a ser abordada sobre a violência de gênero, quando o concluinte 3 diz que: "Violência de gênero é oprimir alguém em função de seu gênero, de ser feminino ou masculino", posto que os homens sofrem com a violência de gênero quando não correspondem ao modelo heteronormativo vigente.

*"Supervalorização dos valores socialmente construídos. Diminuindo e condenando a liberdade, igualdade e equidade entre os gêneros."
(discente 04)*

Aqui inferimos que o concluinte 4 compreende que os valores socialmente construídos interferem nas relações sociais e pessoais, bem como compreende que a violência de gênero é uma expressão dessa questão.

Como aponta Michel Foucault (1979/1996), o poder é uma ação que se exerce sobre a ação dos outros e, portanto, faz parte de todas as relações que vamos estabelecendo nos encontros da vida. Para esse autor, as relações de poder são constitutivas do humano e, desde que vividas entre sujeitos "livres", elas sempre vão ser tensionadas pelas capacidades estratégicas de reversão internas às distintas formas de dominação.(SILVEIRA E SPILMANN,2014).

As relações de poder que se estabelecem na sociedade delimitam a liberdade dos seres, à medida que algumas estruturas se movem com o intuito em modificá-las, elas se reestruturam de forma a manter as desigualdades sociais. Foucault (1984/2001) aponta também que a ausência de dominação não é possível dado o conjunto de regras sociais aos quais os indivíduos se encontram inseridos, entretanto, as formas de resistir a esse poder. Silveira e Spilmann (2014) nos trazem que o que podemos fazer é trazer a ética para o campo das relações cotidianas que marcam a microfísica do poder, exercitando-a como prática reflexiva da liberdade e, dessa forma, alterando os jogos de poder para que obedeçam a relações de forças mais equânimes. O que nos leva a inferir que sendo o assistente social uma ator na mediação das relações sociais, pode atuar de maneira ética e reflexiva contribuindo no enfrentamento da violência de gênero em seu campo de atuação.

Ressaltamos que a profissão de Assistente Social é tida como uma profissão feminizada, sendo vista como de menor valia, tendo em vista a grande adesão de mulheres na atuação profissional. Estas mulheres também são marcadas pela expressão de gênero. O exercício profissional somado a ética e a prática reflexiva pode contribuir sobremaneira para o enfrentamento da violência, o que acolhe também as que se encontram em maior vulnerabilidade frente a questão, como as mulheres negras, atravessadas não somente pela questão de gênero, como pela questão racial.

3.4 A percepção das(dos) alunas(os) concluintes do Curso de Serviço Social da Unigranrio acerca da violência racial.

Este item foi elaborado a partir de uma indagação feita em questionário para os sujeitos dessa pesquisa, onde se buscou compreender a percepção destes acerca da violência racial. Dentre os dados coletados destacamos algumas falas que serão transcritas a seguir, sobre o que é a violência racial na percepção dessas discentes.

“Quando não respeitam minha história, meu corpo, minha aparência, minha vivência.” (discente 08)

Esta fala em destaque foi dita por uma mulher negra que consegue entender o seu papel dentro da sociedade, mesmo em meio a limitações e ao racismo intrínseco nessa sociedade, ela percebe e entende que sua história, seu corpo, sua vida e sua aparência precisam ser respeitadas e valorizadas dentro de qualquer perspectiva de sociedade.

Nós vivemos em uma realidade de profunda desigualdade histórica e cultural que moldou a sociedade brasileira, o fato de termos jovens negros morrendo a cada 23 minutos e vivermos uma fragilidade institucional das mulheres negras demonstra o quanto o racismo é estruturante e genocida.

“É oprimir alguém em razão de sua raça/etnia. No contexto brasileiro é mais comum contra pessoas negras; se caracteriza pela desvalorização das características e cultura de determinado povo.” (discente 03)

“Usar de preconceito com o semelhante, ofendendo, ignorando, sobrepujando, atingir físico ou psicologicamente, menosprezando sua cultura, costumes, cor da pele, entre outros.” (discente 01)

Já dizia Fanon (1983), que os efeitos nocivos da colonização causados na mente e imaginário do povo negro desarticula sua estrutura psíquica, quando se compreende isso ou você através do racismo se torna um opressor e um genocida articulado a oprimir o outro, para se sobressair em algum papel social ou simplesmente por considerá-lo uma raça inferior, ou você de fato, luta contra essa opressão e entende a importância da valorização cultural de um povo, de suas raízes e de sua essência, essa aluna conseguiu compreender que a violência racial é uma opressão incumbida pela desvalorização e detrimento de um povo determinado, o povo negro. Vale ressaltar também a percepção do outro discente que está bem articulado a ideia de Fanon quando ele nos motiva não apenas a lutar contra o racismo que está impregnado em nossos corpos e mentes, mas gerar uma reflexão sobre os estragos que o racismo causa, não apenas na carne os que sofreram diretamente esses reatamentos mas resistindo na mente e no psicológico dos seus descendentes.

“Violência racial é aquela sofrida por um grupo de determinada raça, não somente a raça negra. O seu aspecto físico, e até mesmo seus costumes são discriminados.” (discente 05)

Nesse caso, é notório que há uma confusão entre raça e etnia, tornando algo desordenado. Para uma melhor compreensão, entendemos que raça está ligado há um grupo com características biológicas semelhantes, traços físicos, cor da pele, um grupo de pessoas que têm um ancestral em comum; enquanto a etnia está atrelada ao fato dos aspectos culturais e até mesmo as afinidades linguísticas.

Compreender que raça e etnia são conceitos diferentes, mas que entrelaçam entre si, é entender o que Fanon (1983) diz ao citar que *o preconceito é a forma mais discreta do racismo*, porque através de sutilezas a sociedade máscara o seu racismo e adota um estereótipo padronizado como o belo e o divino, violentando através de um racismo estruturante e sutil, o outro.

Segundo Fanon (1950), as crenças impostas pela imagem do que o branco determinou como aceitável ou padrão, revela substancialmente seu desdém a outros padrões. E muitas vezes fazendo com que alguns alunos negros não consigam de fato perceber certas nuances do racismo, em muitos casos reproduzidos por eles diante de tudo o que está posto na sociedade.

“Violência racial acontece quando o indivíduo é discriminado pela cor da pele, por ser negro ou branco.” (discente 09)

Já dizia Marielle Franco, *vivemos no mito da democracia racial, mas há uma cor de quem é violentada, de quem morre, de quem está preso e esse debate é fundamental e nos pauta*. Daí a importância de falarmos sobre o racismo porque de fato, ainda existem pessoas que acreditam que a violência sofrida pelo negro é a mesma violência sofrida pelo branco e que não existe racismo no Brasil, onde de fato é estruturante na nossa sociedade majoritariamente machista e historicamente patriarcal.

Segundo o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA), a possibilidade de jovens negros serem assassinados no Brasil é 2,88 vezes maior do que a de jovens brancos, as principais vítimas de assassinatos no Brasil são os negros, o número de violência no Brasil contra os jovens negros não param de crescer, a cada 23 minutos morre um jovem negro no Brasil, é preciso desconstruir o mito da democracia racial, a sociedade brasileira passou longe de se constituir por bases harmônicas, a violência racial se perpetua desde a colonização.

Sueli Carneiro (2003) enfatiza quando diz que projeto em curso no Brasil ainda é o de uma hegemonia branca, ele opera pela exclusão e a violência contra pessoas não brancas, especialmente as negras e indígenas. Nascimento já citou várias vezes em seus escritos sobre o projeto genocida de sociedade que o Brasil vem estruturando ao longo dos anos. Precisamos de fato entender esse processo, precisamos de fato compreender essas questões, sem achismo, sem senso comum, mas nos aprofundando em leituras que resgatem a história do povo negro, escrita por eles, para que de fato haja a compreensão de que democracia racial é um mito, não existe uma sociedade harmônica, nós somos um país racista

desde a estrutura e que se de fato, não sacudirmos as bases vão continuar morrendo pessoas negras, pessoas negras vão continuar sendo violentadas, o mito da democracia vai continuar se expandindo de forma a se propagar uma sociedade brasileira harmônica, na qual é um falácia, uma mentira estrutural para se expandir cada vez mais a hegemonia branca e se cumprir o projeto inicial a qual Nascimento se refere que é de exterminar o povo negro na sutileza, nas nuances, nas entrelinhas.

3.5 A percepção das(dos) alunas(os) concluintes do Curso de Serviço Social da Unigranrio acerca das mulheres negras serem as mais vulneráveis a serem violentadas.



O gráfico elaborado pelas autoras deste estudo retrata o percentual de alunas(os) que em sua concepção acreditam e não acreditam que as mulheres negras são as mais vulneráveis a serem violentadas.

No gráfico acima podemos observar que 27% das alunas entrevistadas não conseguiram perceber como o racismo é estruturante na sociedade, enquanto que

73% das alunas entrevistadas conseguiram de fato compreender como o racismo é estruturante na nossa sociedade fazendo com que a população negra, e principalmente às mulheres negras fiquem mais vulneráveis a serem violentadas, tendo em vista que como cita Sueli Carneiro(1995), estas já sofriam o “estupro colonial” que foi historicamente propagada nos livros didáticos com uma miscigenação harmônica entre as partes, onde na verdade foi um abuso de poder e uma supremacia de uma raça sobre a outra.

Entender o que é o racismo estrutural segundo Silvio Almeida (2016), é entender o racismo não como uma patologia, mas como uma normalidade, contida não num sentido que se deva aceitar, mas que o racismo constitui as relações nos seu padrão de normalidade, o racismo é estruturante e estrutural nas relações dos sujeitos. A sociedade naturaliza a violência contra as pessoas negras, a morte de jovens negros nas periferias não causam choque, como deveria causar, para se combater o racismo é preciso abrir mão de privilégios e isso ninguém quer, por isso é preciso mexer na base estrutural da sociedade que é alicerçada na hegemonia branca.

As mulheres negras são a base da pirâmide social brasileira, elas vêm sofrendo violência historicamente, são as piores remuneradas, são as que mais criam os filhos sozinhas, as que menos tem um companheiro/a presente, por mais escolaridade que elas possuam, a sociedade ainda insiste em vê-las em determinados papéis, e isso também é violência.

Dentre os dados coletados destacamos algumas falas que serão transcritas a seguir, sobre a concepção das alunas que acreditam que às mulheres negras estão mais vulneráveis a sofrerem violência e que de fato conseguiram compreender o racismo intrínseco nessa sociedade

“Sim, por causa de dois motivos: o racismo estrutural e o machismo estrutural que colocam estas mulheres em posição bastante inferior em relação a homens e mulheres brancas.” (discente 03)

“Sim, por conta de toda contextualização e história. Mulheres negras são “feitichizadas” e tratadas como inferiores por mulheres brancas.” (discente 06)

“Sim, o perfil socio-histórico da mulher negra é de ser afastada, segregada dos direitos civis e humanos.” (discente 11)

“Sim, a sociedade por questões históricas e culturais concebem o negro como ser inferior.” (discente 01)

A importância de falarmos sobre essas violência e a vulnerabilidade que essas mulheres negras estão suscetíveis é fundamental, Audre Lorde (2017) cita que é importante falar senão o peso do silêncio vai acabar nos engasgando, e é exatamente isso, não podemos silenciar aquilo que nos violenta, é preciso que se fale sobre essas questões para que se possa viabilizar políticas públicas a favor destas mulheres.

Por outro lado, cabe ainda ressaltar que a sociedade é tão estruturante e intrinsecamente racista que acaba por corromper pessoas e mascarar de forma sutil o racismo existente, fazendo com que muitas vezes as próprias pessoas negras não consigam de fato enxergar os nuances deste. Abaixo podemos ilustrar com alguns trechos oriundos das entrevistas:

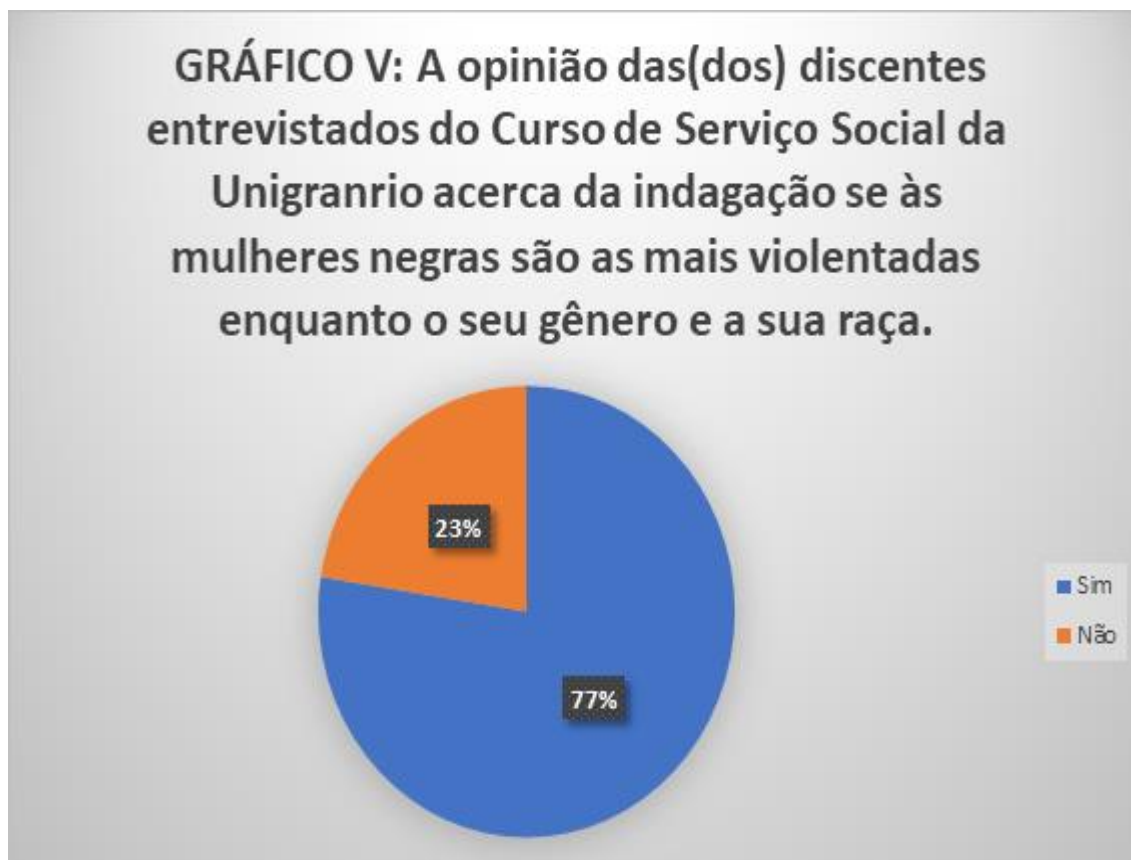
“Não, acredito que todas as mulheres brancas ou negras estão vulneráveis a serem violentadas justamente por serem mulheres, não importa a cor, acredito que todas as mulheres correm perigo dia após dia.” (discente 09)

“Não, acho que todas as mulheres estão propícias a sofrer qualquer tipo de violência, seja ela física, psicológica, etc.” (discente 07)

“Não, acredito que toda a mulher está exposta a ser violentada justamente por ser mulher e ser considerada o sexo frágil.” (discente 10)

Evidenciamos assim, com as falas acima que comprovam a coletividade dessa questão, entendendo que isso se dá mediante a sutileza com que o racismo muitas vezes é colocado, além de perpetuar num padrão histórico estereotipado que vem se naturalizando em nosso meio, e quando não se estar atento e apostos acaba-se por confundir-se sobre quem de fato se é, qual é a sua história, generalizando todos os conceitos e não entendendo os recortes que a sociedade nos remete a fazer, diante de tantas desigualdades e injustiças.

3.6 A percepção das(dos) alunas(os) concluintes do Curso de Serviço Social da Unigranrio acerca das mulheres negras serem as mais violentadas enquanto o seu gênero e a sua raça.



O gráfico elaborado pelas autoras deste estudo retrata o percentual de alunas(os) que em sua concepção acerca das mulheres negras serem as mais violentadas enquanto o seu gênero e a sua raça.

Com este gráfico percebemos que 77% das/dos discentes do curso de Serviço Social conseguem perceber que as questões de gênero atravessada pela questão racial, coloca as mulheres negras em maior vulnerabilidade frente às expressões de violência e 23% não.

Desde a sociedade escravista brasileira se formaram complexos sociais que ainda hoje são justificados em “nome da tradição”. O racismo e o sexismo são, sem dúvida, expressões desse complexo de desigualdades assentadas no sistema patriarcal - racista- capitalista. (CISNE, 2018; p.101)

Tal a autora aponta, a tríade patriarcado- racismo- capitalismo tem mantido as mulheres negras em um lugar de maior vulnerabilidade social e entre os altos números quando observamos os indicadores de violência, como já exposto ao longo deste trabalho. Faz-se urgente pensar em estratégias que permitam a mudança de tal paradigma.

Compreender que a síntese histórica do país é pautada em um passado de dominação e exploração com raízes na escravidão, no colonialismo e no patriarcalismo (Cisne,2018). A partir disso, entendendo seu processo de formação de forma crítica, torna-se possível um novo olhar para as expressões da questão social sofrida pelas mulheres negras.

Destacamos aqui algumas respostas que refletem a compreensão de que os fatores históricos influenciam até hoje nos sistema de opressão que afetam as mulheres negras.

“Sim, por causa de dois motivos: o racismo estrutural e o machismo estrutural que colocam estas mulheres em posição bastante inferior em relação a homens e mulheres brancas.” (discente 03)

“Sim, a violência de gênero contra a mulher negra é fruto da história de uma sociedade que durante anos perdurou o patriarcado e a escravidão, o que se reflete ainda nos dias de hoje com uma nova roupagem.” (discente 05)

Importante ressaltar que essa “nova roupagem” destacada por uma/um dos discentes se dá a manutenção de poder de uma classe sobre a outra, esse poder atravessado pelas questões de gênero, raça e classe acaba por determinar os fatores sociais que irão atingir maiormente um grupo ou outro.

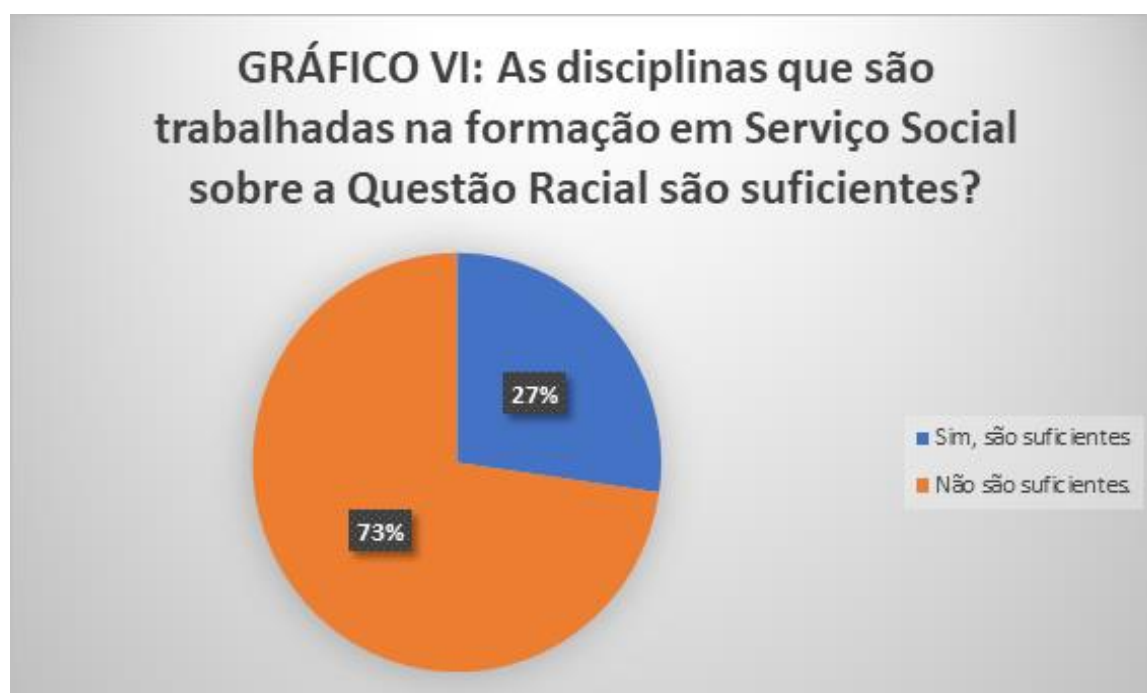
Na resposta destacada a seguir, observamos que a/o discente compreende que a questão racial somada ao poder econômico expõe as mulheres negras a serem as mais violentadas.

“Sim, por ser negra e mulher sofre mais violência que mulheres de pele branca, principalmente se for de poder econômico baixo, residentes em comunidades e com nível de escolaridade baixo.” (discente 01)

Vemos nos indicadores sociais o alto índice de mulheres negras e pardas que sofrem violência. Entretanto, como exposto acima quando residem em áreas mais vulneráveis socialmente e quando elas têm um menor poder aquisitivo, quantos casos de violência à essas mulheres continuam a existir? Quantas dessas mulheres se sentem ameaçadas a serem expostas a novas violências, como a violência institucional que concebe seus corpos negros ora como fetiche ora como criminoso?

É necessário uma compreensão a fundo sobre as questões que atravessam as mulheres negras, a fim de que a acolhida das mesmas se faça de maneira ética, reflexiva e propositiva. Ao apreender a totalidade da questão é possível que a atuação profissional da(o) Assistente Social não se pautar na prerrogativa de que gênero e raça não sejam necessariamente debates inerentes ao Serviço Social. Se essas questões perpassam as relações sociais e sendo a/o assistente social uma/um profissional que irá mediar essas relações, esta temática é fundamental para a categoria, posto que também somos atravessadas por elas.

3.7 A percepção das(os) alunas(os) concluintes do Curso de Serviço Social da Unigranrio acerca das disciplinas que são trabalhadas na formação em Serviço Social sobre a Questão Racial.



O gráfico elaborado pelas autoras deste estudo retrata o percentual de alunas(os) que em sua concepção acreditam e não acreditam que as disciplinas trabalhadas em formação em Serviço Social sobre a Questão Racial são suficientes ou não são suficientes.

No gráfico acima podemos observar que 27% das alunas entrevistadas acreditam que as disciplinas trabalhadas em questão racial foram suficientes, enquanto que 73% das alunas entrevistadas acreditam que as disciplinas que são trabalhadas em Serviço Social sobre a Questão Racial não contemplam a discussão, nem de maneira minimamente aprofundada para se fomentar uma discussão, relatam que o tema é abordado de forma muito superficial, onde precisam recorrer a outros módulos para se satisfazerem nessa questão, outros acreditam que a maneira que é discutida a temática é de forma ainda muito tímida.

Deveriam ser mais aprofundadas e discutidas, não são suficientes para que se possa fomentar uma discussão. (discente 01)

O Serviço Social atua na viabilização de direito da classe trabalhadora, acesso a direitos e atuamos em diversos espaços e com uma diversificação pública, porém no âmbito acadêmico, ainda tender a melhorar para falarmos desta questão. Na disciplina trabalhada os conteúdos são superficiais, onde recorremos a outros módulos para adquirir tal conhecimento sobre a temática.(discente 08)

Ao analisar o conjunto de disciplinas do curso de Serviço Social observa-se que estes alunos estão sendo coerentes em suas colocações, pois de fato, uma única disciplina que trabalhou a questão racial, e esta não foi aprofundada de forma a descolonizar o olhar sobre a história da população negra no Brasil. E quando o faziam por se tratar de uma questão racial, não eram trabalhados na disciplina autoras negras/os, o que sempre enfatizamos nesta pesquisa é dar visibilidade a autores negros/as, para que sejam protagonistas da sua própria história e deem voz a sua história mediante suas experiências, sobretudo compreender a questão racial a partir de teóricos e pensadores negros e pensadoras negras, mostrar aos discentes um outro olhar sobre a perspectiva histórico crítica que se formou a sociedade brasileira e trabalhar a centralidade do racismo de forma estrutural intrínseca na sociedade brasileira desde os primórdios

até os dias atuais, quando assim for feito, será de fato compreendido que para que o racismo se extingue é preciso mexer nas estruturas, é preciso mexer no sistema, é necessário perder privilégios. É preciso descer para que se iguale. Debater sobre a questão racial é trazer para o meio acadêmico essas vertentes teóricas e discuti-las na sua essência a fim de desencadear mudanças estruturais na sociedade brasileira.

3.8 A percepção das alunas concluintes do Curso de Serviço Social da Unigranrio acerca das disciplinas que são trabalhadas na formação em Serviço Social sobre a Questão de Gênero.



O gráfico elaborado pelas autoras deste estudo retrata o percentual de alunas(os) que em sua concepção acreditam e não acreditam que as disciplinas trabalhadas em formação em Serviço Social sobre a Questão de Gênero são suficientes ou não são suficientes.

No gráfico acima, vemos que 73% não acreditam que as disciplinas de gênero trabalhadas na formação em Serviço Social foram suficientes; 18% acreditam terem sido suficientes e 9% não responderam.

A este respeito traremos analisaremos algumas respostas que motivaram as/os discentes a não acreditarem que as disciplinas trabalhadas não foram suficientes.

“Não, questão de gênero é um tema muito complexo, necessita de um maior aprofundamento teórico.” (discente 02)

O questionamento da/do discente nos remete ao fato de que a questão de gênero ainda se dá de maneira pouco aprofundada na graduação em Serviço Social. Somente no ano de 2018, por exemplo, a biblioteca básica do curso de Serviço Social lançou um livro a respeito do tema. Soma-se a isso a complexidade que tal tema apresenta o que nos leva a buscar no âmbito de outras ciências sociais o referencial teórico que pautar nossa formação.

Embora ao longo do processo de formação aconteçam seminários temáticos, estes trabalham assuntos pontuais, o que muitas vezes faz com que as/os discentes se sintam sem um maior referencial teórico abordado no interior das disciplinas.

Algumas respostas entretanto acreditam que os seminários e fóruns são suficientes para a sua formação.

“Sim há muitas palestras e fóruns que tratam dessa temática conscientizando estudantes acerca do tema.” (discente 10)

Cabe ressaltar que, de fato, os eventos contribuem sobremaneira para o processo de formação profissional, tendo em vista a presença de especialistas de outras áreas para além do Serviço Social, o que traz uma perspectiva mais abrangente acerca da temática; o que proporciona uma conscientização das/dos estudantes como exposto na resposta.

Sabe-se que há no campo de pós-graduação em Serviço Social especializações sobre a questão de gênero, todavia, há de se pensar que ao longo da graduação em Serviço Social, no interior de muitas disciplinas, pode-se introduzir a concepção de que a violência de gênero está diretamente ligada a exploração do trabalho e na propriedade privada que fundamentam as relações sociais.

É preciso compreender, portanto, que as classes não são abstrações, mas resulta de relações sociais concretas. Além disso, não são personificações econômicas, e sim compostas por pessoas e grupos de pessoas, que são marcadas por ideologias que naturalizam inferiorizações e desvalorizações em em torno da sua diversidade. Em outras palavras, as diferenças, próprias da diversidade humana, em uma sociedade racista, heterossexista e patriarcal, são transformadas em desigualdades naturalizadas. (CISNE,2018; p.75)

Faz-se necessário portanto que tomando por base o materialismo histórico dialético problematizar as relações de gênero, assim como as étnico- raciais sobre a perspectiva da totalidade, poderemos entender os extratos complexos que perpassam a divisão de classes para que as nossas análises acerca dos fenômenos sociais, permita uma ação que promova a emancipação humana e a superação das desigualdades, tal como exposto em nosso Projeto Ético-Político.

3.9 A percepção das/dos discentes do curso de serviço social sobre a sua contribuição enquanto futura(o) assistente social no enfrentamento da violência contra a mulher negra.

O projeto ético-político do Serviço Social tem como principal pilar a defesa intransigente da liberdade. Liberdade essa que pode ser compreendida como a emancipação humana e o enfrentamento das expressões da questão social que aprofundam as desigualdades sociais. Sendo assim, compreender as razões que tornam as mulheres negras mais vulneráveis as expressões de violência em nossa sociedade se mostra de grande relevância.

O conhecimento das reivindicações e o fortalecimento desses sujeitos políticos são fundamentais em uma conjuntura de crise estrutural do capital com ascensão das forças conservadoras (...) adensando, a superexploração da classe trabalhadora, a naturalização da desigualdade social e a reprodução de dogmas, preconceitos (...) (CISNE,2018; p.18)

Sendo assim, os profissionais já atuantes bem como os futuros e futuras profissionais necessitam de uma reflexão crítica a fim de que a materialização do projeto ético-político da categoria profissional. Cabe ressaltar que o assistente social encontra-se inserido nas relações sociais, logo não está imune ao processo de reatualização de práticas conservadoras em sua atuação(Cisne,2018)

Neste tópico, pretendemos analisar como as/ os discentes do curso se percebem enquanto atores neste processo de enfrentamento da violência a mulher negra. A pergunta feita à eles foi:

Você enquanto graduanda/o em Serviço Social e futura/o profissional de que forma consegue perceber a contribuição do profissional no enfrentamento da violência contra à mulher negra?

De uma maneira geral, as/os concluintes do curso observam a relevância do profissional de Serviço Social nesta questão, ao que destacamos algumas respostas:

*“Através de um olhar crítico e reflexivo, através de um projeto ético político propondo políticas públicas que abarque esse segmento.”
(discente 02)*

Aqui é possível observar que ao mesmo tempo que a/o concluinte 2 compreende que o olhar crítico reflexivo da/do profissional se faz necessário para abordagem e enfrentamento da questão, cabendo ressaltar que a formação continuada do profissional possibilita a ampliação sobre diferentes temáticas, o mesmo sugere a criação de um projeto ético- político que assegure a criação de políticas públicas que "abarque esse segmento".

Todavia, o projeto ético- político do Serviço Social já abarca essa temática, tanto no que dispões sobre a defesa da liberdade e da emancipação humana, assim como quando nos propõe que o assistente social deve empenhar-se na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças, como exposto em nosso código de ética (BARROCO,2012).

Cabe aqui a ressalva de que o assistente social tem como atribuição, embora não privativa, a elaboração e gerenciamento de políticas sociais, como

exposto no art.2º, alínea c). Portanto não se trata de uma criação de um novo projeto ético-político e, sim, de práticas profissionais que materializam o mesmo, outrossim, os profissionais de serviço social devem estar presentes em espaços que lhe permitam a elaboração e o gerenciamento das políticas sociais que favoreçam a população usuária e que ampliem as discussões acerca das questões de violência de gênero e raça.

“Acredito que o Assistente Social tem um papel fundamental neste enfrentamento, pois este profissional deve estar em sintonia com as lutas das classes trabalhadoras e dos grupos oprimidos da sociedade devendo ser como um “orientador” na busca e na efetivação de direitos.” (discente 03)

A/o concluinte 3 acaba por reforçar o que nos expõe Cisne, quando a autora ressalta a aproximação da categoria profissional com os movimentos sociais, e, também, com os sujeitos políticos que compõe a esfera das micropolíticas, o que favorece a renovação do serviço social.

Diferentes formas de reatualização do conservadorismo persistem não apenas na sociedade, mas também na profissão ainda que as resistências e lutas também estejam na defesa contínua da renovação do serviço social. resistências e lutas(...) buscam romper com movimentos endógenos à profissão, na perspectiva de estabelecer estreita relação com os sujeitos políticos coletivos comprometidos com a emancipação humana. (CISNE, 2018; p.18).

Desta forma, observamos que a/o assistente social é um ator importante frente a demanda apresentada. Nesse sentido, a aproximação com a temática, bem como os movimentos sociais de negras e negros já existentes, facilitam e possibilitam uma compreensão mais aprofundada acerca dos elementos que vulnerabilizam as mulheres negras e consequentemente haveria estratégias na atuação que assegurariam práticas que assegurem o acolhimento, a compreensão da temática em sua totalidade e o enfrentamento desta expressão da questão social.

3.10 A contribuição no Curso de Serviço Social para aprofundar a discussão acerca da temática da violência contra à mulher negra.

Este item foi elaborado a partir de uma indagação feita em questionário para os sujeitos dessa pesquisa, onde se buscou compreender a contribuição no Curso de Serviço Social para aprofundar a discussão acerca da temática da violência contra à mulher negra.

A construção deste subitem deu-se a partir de objetivos propostos pelas autoras para a realização dessa pesquisa, onde procurou-se através do questionário aplicado a turma de concluintes coletar melhorias e aprimoramento no Curso de Serviço Social da Unigranrio para um melhor aprofundamento das discussões e contribuição prática, de fato na realidade que nos cerca para que possamos nos tornar multiplicadores e redes de apoio para efetivação desses direitos.

Dentre os dados coletados destacam-se algumas falas que serão transcritas a seguir, sobre o que poderia ser feito no Curso para que se propague e se aprofunde a discussão dessa temática, segue:

“Palestras não só voltada para o curso de Serviço social, mas voltadas para todos os cursos para que se tornem multiplicadores.” (discente 01)

“Além de palestras pertinentes ao tema, a criação de um canal de apoio dentro da universidade que atenda alunos que sofram violência doméstica.” (discente 02)

“Acredito que mais fóruns, principalmente com a participação dos alunos como palestrantes, poderia ser um incentivo a discussão, a criação de disciplinas ou de grupos de estudos que promovam a cultura negra também pode ser efetivo.” (discente 03)

“Grupos de debate com foco na temática.” (discente 04)

“Como sugestão poderiam ser organizados encontros com grupos relativos a essa temática que estão inseridos em outros espaços, como por exemplo hospitais, através de sinalização de estagiárias que em seu campo tenha esse tipo de estudo.” (discente 05)

“Trazer mais discussões para o debate, são feitos eventos maravilhosos, seminários super importantes, investir nesta questão, pois desconstruindo o aluno, como os professores.” (discente 06)

“Palestras mensais, rodas de debates, atendimento especializado em sala reservada com equipes multiprofissionais, desvendar a tal problemática.” (discente 08)

“Projetos de maior visibilidade que possam contar com a colaboração do planejamento e atuação de outros cursos, para aumentar o impacto das ações.” (discente 11)

De fato, as autoras julgam serem importantes todas essas contribuições sugeridas na pesquisa, acreditando que precisamos ir para além do curso de Serviço Social, porque a violência contra a mulher negra está para além do mesmo, como já mencionamos diversas vezes nesse trabalho, ela é histórica e está intrínseca em nossa sociedade, de forma coletiva. Entretanto, para que consigamos respostas e providências sobre essa temática precisamos multiplicar nossos conhecimentos, nossas falas e acima de tudo nossas ações, pois ainda existem pessoas que desconhecem essa temática, a fundo, precisamos falar sobre essas questões e propor na sociedade ações para que de fato entendam, sem culpabilizar quem na maioria das vezes é vítima.

A ideia de se criar um canal de apoio dentro da faculdade que atenda alunos que sofram violência é sensacional, pois acolhe quem de fato necessita e expande a possibilidade de estar a par sobre a temática.

Para Jurema Werneck (2017), a Lei Maria da Penha, que foi uma luta do movimento de mulheres, não tem impedido as mulheres negras de serem assassinadas, muito pelo contrário, os assassinatos, depois da Lei Maria da Penha, continuaram a subir. Ela é convicta de que é preciso denunciar a falha do Estado, acreditamos que esse é o caminho, precisamos falar sobre isso para que a sociedade compreenda e comece a cobrar providências do Estado. Precisamos compartilhar conhecimentos e a Universidade é um bom lugar para redes, para

ações práticas se tornarem efetivas, para a divulgação e a compreensão de uma temática que foi naturalizada pela população.

Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, às mulheres negras são as principais vítimas de violência mesmo com a criação da Lei Maria da Penha e da Lei do Feminicídio, os dados são alarmantes, e por quê? Acreditamos na omissão do Estado, acreditamos que precisamos cobrar providências, acreditamos que o nosso sistema é genocida para com a população negra.

Nascimento (1977), em suas narrativas mostra o quanto o racismo na sociedade brasileira é perverso, ele cita que *o Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra*, ou seja, isso significa dizer que não foi só durante a escravidão, mas se perpetua até os dias de hoje, por isso é necessário que a sociedade em linhas gerais compreenda e se organize para que cada vez mais tenhamos lideranças negras, de políticas negras, representando os interesses da nossa população negra, que é a sua grande maioria, senão o racismo vai continuar se manifestando cada vez mais, pela falta de mulheres e homens negros em espaços públicos de poder, precisamos mexer nas estruturas de poder e ocupar espaços de fala.

Como cita Jurema Werneck (2017), diz que *“Precisamos lutar, antes de tudo, para que toda a sociedade reconheça o problema que é o racismo.”* (s/p) *Somente assim conseguiremos enfrentá-lo com recursos e longo prazo, com políticas de Estado e compromisso de todos.* Precisamos ter a compreensão de que, sem mulheres negras e sem homens negros no poder não teremos o exercício pleno de nossos direitos.

3.11 A contribuição do Serviço Social frente ao estudo desenvolvido.

O estudo desenvolvido pelas autoras acerca do enfrentamento da violência contra às mulheres negras, tende a contribuir de forma significativa na formação em Serviço Social no curso da Universidade Unigranrio, visto que as mesmas propositaram seus objetivos acerca da formação em Serviço Social, para a práxis profissional.

Entretanto, entende-se que as mulheres negras estão cada vez mais vulneráveis a sofrerem violências, independente de sua natureza, pois elas estão na base da pirâmide, ou seja no último patamar de sobrevivência social.

Sueli Carneiro (2015), vai dizer que a relação entre a mulher negra e o poder é um tema praticamente inexistente. E de fato, se formos pensar nas mulheres negras e nas instâncias de poder, o ano de 2018 foi um dos poucos anos em que o índice de mulheres negras eleitas cresceu propositivamente, e é necessário que as mulheres negras continuem ocupando lugar de poder. Marielle Franco já dizia isso, que ocupar espaços dentro da política é necessário, é questão de sobrevivência social, para que se tenha voz, para que de fato sejam ouvidas, mas essas mesmas mulheres causam medo, pois elas mexem com a estrutura social (Davis, 2017) e por isso são tão temidas a ponto de quererem silenciá-las.

Nossa sociedade é muito desigual e essa desigualdade vem se perpetuando desde a história da formação brasileira, como vimos no decorrer deste estudo, portanto, torna-se essencial que na formação em Serviço Social a pauta racial e a pauta de gênero sejam trabalhadas de forma contundente, de forma histórica, e de forma descolonizadora, isto é, de forma a ser contada a realidade de tudo que se perpetuava com a população negra, descolonizando o olhar sobre a origem da sociedade brasileira e de fato, sendo trabalhada a partir do negro(a), do índio(a) como protagonistas dessa história, e não atores coadjuvantes de um simbolismo imperado no patriarcalismo e no heteronormativo branco.

A profissão de Serviço Social enquanto categoria tem uma grande importância dentro desse processo histórico, visto que, a nossa população usuária é em sua grande maioria negra, e mulheres.

Sendo assim, não reproduzir pautas centradas no autoritarismo e na coerção de uma raça sobre outras, como superior e como prioridade sobre as demais, é um caminho para contribuir para uma sociedade mais justa, tendo em vista que reproduzir essas falas e esses conceitos consequentemente está se reproduzindo e fazendo perpetuar o racismo.

Uma categoria que defende intransigentemente o direito do outro e tem como eixo central a liberdade precisa ter a consciência desde a sua formação até a sua práxis esses valores, essa consciência histórica e sobretudo esses discernimentos para não perpetuar o racismo na sociedade, na instrumentalidade da profissão e na vida.

3.12 As três dimensões do saber e fazer profissional.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS, do ano de 1996, nos expõe que a intervenção profissional em Serviço Social é constituída por três dimensões, sendo elas: a teórica-metodológica, técnico-operativa e a ético-política. Guerra(2000) afirma que essas três dimensões são indissociáveis entre si, constituindo uma unidade, capaz de constituir níveis diferenciados da apreensão da realidade profissional.

A dimensão teórica-metodológica é constituída pela apreensão dos métodos e a sua relação com a prática profissional; a segunda está relacionada aos objetivos e a finalidade da ação da(o) Assistente Social e os valores que a norteiam e a terceira refere-se a capacidade profissional em articular meios e instrumentos na materialização de seus objetivos profissionais, com bases nos conceitos concebidos (GUERRA,2000).

Sendo assim, este trabalho busca, ancorado nestas três dimensões, uma reflexão acerca do enfrentamento da violência contra a mulher negra e como o Serviço Social, através de sua prática interventiva pode contribuir para tal, desde o processo de formação até a sua atuação profissional nos espaços sócio-ocupacionais em que estiver.

Compreender o processo de formação histórica do Brasil, processo esse que manteve à margem a população negra, bem como o aprofundamento teórico da violência de gênero, que se retroalimentam e mantêm as mulheres negras em maior vulnerabilidade frente à violência, possibilita uma atuação profissional

consistente, posto que a apreensão da teoria por parte da(o) Assistente Social o capacita a ler as expressões da questão social, aqui expressas no racismo e violência de gênero, iluminando sua ação, ultrapassando o senso comum (SANTOS, 2006). Ou seja, sair da zona de conforto do senso comum e procurar se aprofundar em arcabouços teóricos que fazem compreender de fato, todo esse processo na qual essas mulheres negras estão tão vulneráveis e refletir propositando uma atuação profissional consistente que vá de encontro a essas mulheres entendendo sua vulnerabilidade.

Através dos resultados obtidos na presente pesquisa, é possível observar que ainda temos um longo caminho no processo de descolonização no que diz respeito à compreensão do racismo estrutural no país, visto que ainda encontramos resistência no que tange a esse debate, visto que mesmo com leis que assegurem o ensino da cultura negra e indígena nos países, o ensino básico ainda é composto pelo olhar colonizado e conservador, perpetuando desigualdades e exclusão em nossa sociedade. O que terá também reflexos nas(os) estudantes de Ensino Superior, que terão como desafio a desconstrução desses valores no âmbito acadêmico.

Entretanto, cabe ressaltar que como nos destaca Barroco (2008) devemos compreender a ética profissional em um sentido mais amplo, pois os valores defendidos, baseados no Código de Ética, são aqueles que irão nortear a ação profissional em suas escolhas, posicionamentos e julgamentos de valores nas ações cotidianas. Sendo assim, a prática profissional deve se dar através de uma atuação crítica e consciente, vinculadas a um posicionamento político que assegure os direitos das(os) usuárias(os).

O que nos leva a inferir que através de uma apreensão crítica e consciente a respeito dos elementos que perpassam a sociedade, mantendo as mulheres negras em maior vulnerabilidade social, pode permitir intervenções profissionais mais propositivas e eficientes no enfrentamento desta questão, assim como assegurar os direitos que lhes são negados e a contribuição no aprofundamento do exercício de cidadania e a liberdade dos indivíduos.

A temática abordada neste trabalho monográfico, nos propõe a reflexão acerca da aplicabilidade das abordagens teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-político na atuação profissional, no que se refere ao enfrentamento da violência contra a mulher negra.

Faz-se urgente a compreensão do que se estabelece no Projeto Ético-Político da profissão, bem como o que defende o Código de Ética, para que não haja a mera reprodução de jargões e, sim, torne possível a materialização dos mesmos.

Partindo deste princípio, pode-se inferir que a(o) profissional em Serviço Social deve se dispor a compreender as estruturas que determinam as desigualdades sociais na sociedade, no caso das discussões até aqui abordadas, compreender como as questões de raça e gênero somadas, tornam as mulheres negras ainda mais vulneráveis às múltiplas violências sociais. E um dos primeiros passos seria a descolonização de seu olhar sobre o processo de formação da história do Brasil.

A partir disso, torna-se possível fazer uma leitura de realidade mais abrangente dos casos em que possa vir a atuar. Torna-se possível também a conscientização nos espaços sócio-ocupacionais em que atuar, para que se possa enfrentar de maneira propositiva na prevenção a discriminação racial nos espaços institucionais. Sabendo que processo de intervenção profissional consiste também na mobilização de seus pares e usuárias(os), o que vai de encontro ao que propõe tanto o Projeto Ético-Político quanto o Código de Ética.

3.13 Dimensão investigativa da(o) Assistente Social

A pesquisa em tela tende a contribuir de forma significativa para a formação profissional, bem como o seu exercício profissional, visto que, como cita Yolanda Guerra, (1999) *“Intuitivamente, estamos sempre investigando .Toda investigação se coloca na relação teoria/realidade ou teoria/empiria. A pesquisa parte sempre de um conhecimento superficial da realidade, de uma abstração.”* (p-8)

As autoras partiram de uma realidade concreta baseada num sistema estrutural posto que separa a sociedade para beneficiar uns, enquanto outros ficam à margem dela. Entretanto, dentro de todo esse processo de pesquisa, reflexão, investigação, procurou-se aprofundar o conhecimento diante da realidade e das coletas de dados articulando com a estrutura social e refletindo acerca do papel da/o Assistente Social acerca deste enfrentamento que é a violência contra a mulher negra, diante disso, dentro desse estudo buscou-se saber, compreender

e entender esses fenômenos procurando resultados que possibilitem aos profissionais de Serviço Social e aos estudantes no período de sua formação entenderem e ressaltarem sua importância social, profissional dentro de todo esse processo.

Guerra (2017) vai dizer que *o pensamento do sujeito faz recortes na realidade, debruça-se sobre ela, estuda-a, avalia-a, arrisca-se a explicá-la através de conceitos que conhece, busca novos conceitos para tal, e organiza respostas à realidade com base nos estudos realizados*. Ou seja, analisar, pensar e refletir sobre uma realidade, investigar, coletar dados e analisá-los para produzir propostas e transformações naquilo que está posto, diante dos estudos realizados.

A/o profissional de Serviço Social precisa ter uma dimensão investigativa intrínseca que possibilite através da instrumentalidade articular com a realidade e entender a necessidade do seu usuário, visto que muitas vezes, dentro de uma demanda solicitada, através do processo investigativo podem gerar várias outras demandas dentro de um único atendimento social, ou seja trazendo para vulnerabilidade que às mulheres negras estão suscetíveis é necessário compreender essa realidade social e o processo histórico da sociedade brasileira para que se possa compreender que as demandas dentro de um processo investigativo, de estudo e reflexão que as demandas dessas usuárias não estão apenas associadas dentro de uma realidade posta, mas sobretudo de uma estrutura social que as fazem ser base de uma pirâmide desigual, onde já iniciam uma vida em sociedade atrás da linha de partida.

Sendo assim, foram pensadas inúmeras propostas para que de fato, sejam analisadas e postas em prática visto que com esse estudo as autoras pretendem ainda, posteriormente aprofundar suas reflexões diante de tudo o que está posto para que se possa pensar em transformações sociais, precisa-se começar entendendo o processo estrutural intrínseco na sociedade brasileira.

São elas: Por em pauta dentro do processo de ensino aprendizagem da formação profissional o reconhecimento histórico da população negra, de modo que essa história seja contada a partir da percepção de autores negra/os, ou seja, a população negra sendo protagonista da sua própria história, e não mais o olhar

do colonizador europeu, que distorce através de nuances e apaga todo o processo histórico e social vivido por essa mesma população, como prevê nas Diretrizes Curriculares do MEC, que dentro do processo de Formação em Serviço Social é preciso constar a Formação Sócio-Histórica do Brasil, faz-se cumprir, mas a partir do olhar do colonizador e não descolonizando esse olhar, essa é a proposta das autoras dentro desse estudo no processo de formação em Serviço Social, compreender o papel primordial que a população negra teve na construção da sociedade brasileira, reconhecendo-se como fruto do meio e não como produto do resultado, mas também entendendo o processo escravocrata e de extrema violência que essa mesma população foi sujeitada.

As autoras partiram também, da ideia de compreender o quanto as políticas afirmativas são importantes para a população negra e dentro da disciplina de Questão Racial e Gênero é primordial que se aborde sobre essa temática aprofundando a necessidade dessas políticas principalmente dentro da nossa formação em Serviço Social para que seja possível entender a atuação enquanto um profissional da área, visto que o processo histórico de formação da sociedade brasileira foi genocida e excludente, desoportunizando uma raça, e enaltecendo a outra.

Atentar-se aos desafios que as mulheres negras enfrentam em acessar os serviços públicos, e como isso vem se refletindo na realidade atual desde o período colonial. E criar grupos de apoio dentro da universidade que possibilitem através de uma dinâmica grupal o acolhimento de mulheres que são vítimas de violência, seja qual for a natureza. Falar dentro desses grupos sobre a importância de se compartilhar experiências entre as mulheres negras e de como o racismo afeta a saúde mental da população negra, é de fato necessário e primordial.

Entretanto, essa luta é urgente e debater sobre essas questões no âmbito acadêmico é primordial para se abrir a mente e desconstruir preconceitos já instaurados em cada um de nós, diante da sociedade racista, misógina, e patriarcal que vivemos, ter outro olhar diante de tudo aquilo que nos é imposto é descolonizar e desconstruir pensamentos e conceitos que muitas e muitos tinham como verídico e único, se acentuando então cada vez mais o racismo e fazendo – se perpetuar na sociedade.

A proposta das autoras é fazer com que no período de formação se produza um debate mais aprofundado e crítico-reflexivo, diante de tudo o que foi colocado neste trabalho e se desconstrua o olhar através da perspectiva de autoras e autores negras/os, pois é preciso falar sobre o racismo, é preciso falar sobre aqueles que sofrem com o racismo e dar visibilidade a essa temática, para que possa ser compreendida dentro de sua história e estrutura social, para que cada vez mais e mais pessoas compreendam e desconstruam o mito da democracia racial e haja transformação social.

Contudo, faz-se urgente repensar a nossa luta em todos esses debates e reflexões em um cenário de uma construção antirracista, diante de toda essa violência que às mulheres negras vem sofrendo na sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir desse estudo é possível compreender que os desafios impostos às mulheres negras em acessar os serviços públicos, serem bem vistas socialmente, estarem na base da pirâmide social, serem as mais vulneráveis a sofrerem violência, são marcas advindas da história do Brasil que veio se estruturando em uma sociedade hetero patriarcal , misógina, fruto da escravidão e da coerção e soberania de um racismo que se perpetuou de forma natural no sistema vigente, tornando-se sutil aos olhos da sociedade que acaba por naturalizá-lo.

O mito da democracia racial é tão potente que se perpetua até mesmo nos ambientes acadêmicos, naturalizar o racismo traz nuances sociais, onde muitas vezes a própria população negra cai na armadilha. Conhecer as origens, os ancestrais, a história é essencial para desconstruir paradigmas que foram lançados como verídicos e únicos. Para tanto é necessário ter acesso a oportunidades, e para se ter acesso a oportunidades é necessário mexer na estrutura desse sistema.

Longe de esgotar a discussão, este trabalho se dispõe a lançar a contribuir para que a temática seja abordada com mais frequência no âmbito acadêmico, permitindo assim que outras e outros discentes, bem como os profissionais já atuantes, possam contribuir para que o Serviço Social se torne uma categoria que se compromete, cada vez mais, na luta antirracista e sexista.

No decorrer do estudo, foi possível observar a busca por propostas, para que, de fato, a população negra possa ter acesso a oportunidades geradas pela sociedade e foram também ocasionadas inúmeras reflexões propositivas acerca da realidade dessa sociedade tão desigual e misógina.

Dentro dessa pesquisa pode-se observar o quanto a/o Assistente Social tem um papel essencial nesta questão, através o processo investigativo da profissão, bem como na intervenção da viabilização de direitos sociais, buscando sempre qualificação, compromisso ético com a população usuária vislumbrando o eixo central da nossa profissão que é a liberdade.

Diante de todos os fatos mencionados nesta monografia em tela, as autoras tem plena convicção de que este é apenas o início de um estudo científico gerado

por elas, tendo em vista que esta pesquisa foi o estopim para muitas outras que irão surgir diante das inquietações e realidades, também por elas vivenciadas.

Sobretudo, as autoras desejam que a partir desse trabalho de caráter técnico e científico possam inspirar outras pessoas a abordarem a temática sobre a questão racial e a vulnerabilidade que essas mulheres negras estão suscetíveis diante da estrutura social, a fim de que, com essa temática sempre em pauta, possam gerar mudanças e transformações na mente da sociedade para que seja possível um recomeço diferente, onde possivelmente através de muita luta e reflexão imposta de ação, essas mulheres negras possam estar a frente dos plenários, ocupando espaços de poder, revolucionando o sistema e mexendo na estrutura deste país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Marxismo e a questão racial. 2016. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2016/12/14/marxismo-e-a-questao-racial/>.

Acessado em Maio de 2019.

ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BARROCO, Maria Lúcia Silva. **Código de Ética do/a Assistente Social comentado** / Maria Lúcia Silva Barroco, Sylvia Helena Terra; Conselho Federal de Serviço Social - CEFESS, (organizador). - São Paulo: Cortez, 2012.

BEAUVOIR, Simone de **O segundo sexo**/ Simone de Beauvoir ; tradução Sérgio Millet, - 2.ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERHRING, Elaine Rosseti. **Política social: fundamentos e história** / Elaine Rosseti Behring, Ivanete Boschetti - 9. rd. - São Paulo: Cortez, 2011.

CISNE, Mirla **Direitos humanos e violência contra as mulheres: uma luta contra a sociedade patriarcal-racista-capitalista**, Serviço. Social Revista., Londrina, V. 18, N.1, P.138 - 154, JUL./DEZ. 2015

CISNE, Mirla **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social** / Mirla Cisne, Silvana Mara Moraes dos Santos. - São Paulo: Cortez, 2018. - Biblioteca básica de serviço social; v.8)

COPELLO, Vaniele Soares da Cunha , **A luta do movimento feminista para a elaboração de políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher**;2017.

DAVIS, Angela **Mulheres, Raça e Classe** / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

GUERRA, Yolanda, **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. In: Serviço Social e Sociedade. Cortez editora. Ano XXI, n. 62, mar. 2000.

HOBBS, Thomas **Leviatã, ou Matéria, forma e poder de um Estado eclesiástico e civil**/ Thomas Hobbes; Tradução Rosina D' Angina - 2. ed. - São Paulo: Martin Claret, 2012.

HOOKS, bell. **Olhares negros: raça e representação** / bell hooks - São Paulo: Editora Elefante; 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Práticas pedagógicas do trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da lei nº 10.639/03**. Brasília, Df: Ministério da Educação, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Villela **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** Marilda Villela Iamamoto. - 26. ed. - São Paulo, Cortez,2015.

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. **Dossiê violência contra à mulher: Violência e Racismo**. Brasil,2015. Disponível em:

<https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/violencia-e-racismo/> Acesso em: 26 de março de 2019

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Retrato das desigualdades de gênero e raça.** Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>; Acesso: 26 de março 2019.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA/ RJ. **Dossiê mulher : 2019 / orgs. Flávia Vastano Manso e Vanessa Campagnac**,14. ed. ;Rio de Janeiro : RioSegurança, 2019 (Série Estudos ; 2). Acesso em: 26 de maio 2019. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2019.pdf

LEI DE DIRETRIZES CURRICULARES, 1996.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala** / Clóvis Steiger de Assis Moura - 3. ed. São Paulo: Lech Editora e Ciências Humanas; 1992.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; **Conceitos, teorias e tipologias de violência: a violência faz mal à saúde.** Maria Cecília de Souza Minayo - In. Impactos da Violência na Saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**/ Suely Ferreira Deslandes, Otávio Cruz Neto, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo - Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MUNANGA, Kabengele **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra** / Kabengele Munanga - Petrópolis, RJ : Vozes, 1999.

NASCIMENTO, Abadias **O genocídio do negro brasileiro** / Abadias Nascimento
- Rio de Janeiro - Editora Paz e Terra S/A; 1978.

NETTO, José Paulo. **A construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea**. Capacitação em Serviço Social e Política Social. Brasília: CEAD, 1999. Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**/ José Paulo Netto - 7. ed. - São Paulo; Cortez; 2009.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós - 64**/ José Paulo Netto. - 17.ed. - São Paulo: Cortez, 2015.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **World report on violence and health (Relatório Mundial sobre violência e saúde)** / editado por Etienne G. Krug ... [e outros.]. 1. Violência 2. Violência doméstica 3. Suicídio 4. Agressões sexuais 5. Guerra 6. Saúde Pública 7. Fatores de risco I. Krug, Etienne G. - 2002. Disponível Em: <https://www.opas.org.br/wp-content/uploads/2015/09/relatorio-mundial-violencia-saude.pdf>. Acessado em: 21 de abril de 2019.

REVISTA PRÁXIS - Edição Especial; Conjunto CEFESS/CRESS - Rio de Janeiro; Março, 2019.

RIBEIRO, Darcy **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil** Darcy Ribeiro - 2 ed. - São Paulo - Companhia das Letras; 1995.

SAFIOTTI Heleieth Iara Bongiovani - **Gênero, Patriarcado, Violência** - São Paulo - Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Cláudia Mônica **Os instrumentos e técnicas: mitos e dilemas na formação profissional do assistente social no Brasil**. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Rio de Janeiro: 2006.

SCOTT, Joan W. **Preface a gender and politics of history**. Cadernos Pagu, nº. 3, Campinas/SP; 1994.

SANTOS, Diego Augusto Rivas dos: **A questão da permanência de estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI: um estudo do curso de Serviço Social da UNIGRANRIO** / Diego Augusto Rivas dos Santos; orientadora: Andréia Flap Salvador. – 2015.

SIQUEIRA, Tatiana Lima **Joan Scott e o papel da história na construção das relações de gênero**; Revista Ártemis; Vol.8, p. 116 e 117.

SILVEIRA, R. S. & Nardi, H. C. **Interseccionalidade gênero, raça e etnia e a lei Maria da Penha**; 2014.

WERNECK, Jurema **Saúde da população negra**/ Luís Fernando Batista, Jurema Werneck e Fernanda Lopes, (orgs.) - 2. ed. Brasília, Distrito Federal

ANEXO A - MODELO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

ANEXO A - MODELO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Comitê de Ética em Pesquisa



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(De acordo com as normas da Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Saúde de 12/12/2012)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa "Qual a percepção das/dos discentes do Curso Serviço Social da Unigranrio acerca da contribuição da/o Assistente Social no enfrentamento da violência contra a mulher negra e como a Universidade vem trabalhando esse assunto? Você foi selecionado de acordo com o período no qual está inserido e sua participação não é obrigatória. A qualquer momento você pode desistir de participar e retirar seu consentimento. Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição Unigranrio.

Os objetivos deste estudo são analisar a percepção dos discentes do curso de Serviço Social da Unigranrio acerca da contribuição da/o Assistente Social no enfrentamento à violência contra a mulher negra e como a universidade vem trabalhando este assunto.

Sua participação nesta pesquisa consistirá em responder o questionário e participar de uma entrevista junto às pesquisadoras. Os riscos relacionados com sua participação são que suas respostas sejam publicadas a pesquisa, entretanto sua privacidade será mantida, tendo em vista que seu nome não será publicado.

Os benefícios relacionados com a sua participação são a contribuição das/os discentes na ampliação da discussão da temática no espaço acadêmico. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação visto que as respostas serão identificadas, apenas pelo período letivo estudado.

Uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido ficará com o senhor (a), podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento com o pesquisador responsável Diego Augusto Rivas dos Santos (orientador) através do e-mail diegosantos@unigranrio.edu.br ou no telefone (21)969746356 ou com a equipe de pesquisa, Gabriele Lacerda Oliveira e Roberta de Oliveira Belchior nos e-mails: gabriele.lacerda@unigranrio.br; rbelchior@unigranrio.br ou nos telefones: (21)99449-7242 (Gabriele) e (21) 98727-7721(Roberta).

Diego A. Rivas dos Santos
Coordenação de Estágio em Serviço Social
CRESS: 21.218 7ª Região
diego.santos@unigranrio.edu.br

Pesquisador Responsável

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNIGRANRIO, localizada na Rua Prof. José de Souza Herdy, 1160 – CEP 25071-202 TELEFONE (21).2672-7733 – ENDEREÇO ELETRÔNICO: cep@unigranrio.com.br

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO



1. Sexo:

() Feminino
completos .

() Masculino

() Intersexo

2) Idade:

_____ anos

3) Fase Curricular: _____

4) Com relação a sua raça/ etnia, como você se identifica?

5) Para você, o que é violência de gênero?

6) Para você o que é violência racial?

7) Na sua concepção às mulheres negras estão mais vulneráveis a serem violentadas?

() Sim. Por qual motivo?

() Não. Justifique

8) Você considera a violência contra a mulher negra enquanto violência de gênero e racial? Justifique.

9) Qual é a sua concepção sobre as disciplinas que são trabalhadas na formação em Serviço Social sobre a questão racial? Elas são suficientes? Justifique.

10) Qual é a sua concepção sobre as disciplinas que são trabalhadas na formação em Serviço Social sobre a questão de gênero? Elas são suficientes? Justifique.

11) Você enquanto graduanda/o em Serviço Social e futura/o profissional de que forma consegue perceber a contribuição do profissional no enfrentamento da violência contra à mulher negra?

12) O que poderia ser feito no Curso de Serviço Social para aprofundar a discussão acerca da temática da violência contra à mulher negra ?
